



BRASIL AGORA



ANO I Nº 20

27 DE JULHO A 16 DE AGOSTO DE 1992

CR\$ 4.500,00

CIOSL

5ª Plenária Nacional da CUT decide pela filiação

PÁGINAS 4 E 5

ENTREVISTA

Ennio Candotti fala de ciência e política

PÁGINAS 14 E 15

REBELDES

A minissérie da Globo incomoda os militares

PÁGINA 16

PROCURADOS



ANTONIO ERMÍRIO



ODEBRECHT



SCHEUER



EDUARDO ANDRADE



MÁRIO AMATO



OLACYR DE MORAES

OS CORRUPTORES

A CPI do caso PC/Collor revela que os empresários estão por trás de tudo

PÁGINAS 8 E 9

DIÁLOGO



CORONELISMO

O coronelismo está definitivamente oficializado nas trincheiras do PMDB, em pleno estado de São Paulo. O candidato a vereador por Osasco, senhor Guaçu Piteri, tem a ousadia de aliciar possíveis eleitores oferecendo-lhes condução no dia da eleição, se aposando das carteiras de identidade desses cidadãos para garantir-lhe os votos.

Pasmem, esse partidinho político tem até presidente, o qual, juntamente com esses criminosos deveria estar na cadeia

CLÁUDIA M. T.
São Paulo, SP

MILITANTISMO

Os embates eleitorais sempre foram prolongamento da luta, onde o PT nasceu, buscando na própria experiência e nas referências históricas da classe operária a construção de alternativa e hegemonia popular.

O PT sempre ousou ser diferente, não por aventura, mas porque as condições o forçaram a isto. A situação cobra do partido uma coerência. Criamos alternativas, os outros só apresentam o continuísmo, a estagnação. A ousadia está em colocar a "força militante" no empenho de transformar a realidade, hoje adversa aos objetivos de uma sociedade radicalmente democrática.

O militante petista dirige a sua atuação pela defesa radical dos princípios partidários e ao mesmo tempo confronta-os com a dinâmica da realidade. Encontra nas divergências e consonâncias, maiores patrimônios do partido, a busca de uma nova ordem social. A contradição gera de uma nova visão, mas mantendo a identidade de partido operário.

O PT é realmente a "voz do povo" quando fala com o povo, não pelo ou para o povo. Infelizmente este diálogo não é constante, devido ao "agigantamento" estrutural do PT. Sentimos muitas vezes que somos estranhos ao partido, porém o PT é ainda o seu militante.

Porque o "PT da TV", do rádio, do jornal e de cartazes não é capaz de sensibilizar ou mobilizar a população e caminha isolado. Se o PT for reflexo das discussões e intervenções da militância isto não acontecerá, pelo seu papel politizador e de alternativa aos anseios populares.

LUÍS ROBERTO DA SILVA
Campo Bom, RS



PROTESTO

Venho protestar contra este jornal. Já enviei um conjunto de cartas, das quais tenho cópia, e elas não foram publicadas.

De posse delas e as lendo no todo, venho moralmente cobrar a publicação, baseado no parágrafo 87 sobre socialismo e nos parágrafos terceiro e quarto sobre o partido. Como militante, fundador e construtor do PT, EXIJO que as minhas cartas sejam publicadas: é meu direito à tendência, já que não sou de nenhuma fração. O trabalho não me permitiu participar do 1º Congresso.

Não pude nem sequer me formar em jornalismo. E por isto me acho no direito de criticar o partido. A Direção Nacional não se renova, é a fração chamada "Articulação dos 113" que rachou e emperrou o PT.

Sou um peão trabalhador, e não quero nada além de uma rádio para expor minha cultura, um jornal para expressar meus pensamentos, e um canal de televisão para o nosso partido.

Isto é impossível? O bispo Macedo teve tudo isso, será por isto que foi preso? D. João Paulo I estava dando os bens da igreja, será por isto que foi morto?

FIRMINO ARAÚJO JÚNIOR
Vitória, ES

AÇÃO E REAÇÃO

Por algumas vezes na literatura do PT, a espiritualidade universal já suscitou diversas reações de protesto e apoio por parte dos militantes de diversos locais.

Me pergunto o que é liberdade e democracia? Você é livre até para se escravizar ao que queira. Deus, aqui me refiro ao princípio universal que gerou, sustenta e destruirá o universo, fazendo-o voltar a ser nada outra vez. Este ser inimaginável, cujo corpo é o universo manifesto a nossa semelhança com o microcosmo, nos deu livre arbítrio e conhecimento do bem e do mal.

Somos livres para julgar nossos próprios atos, crenças e idéias. Isso se não interferimos na liberdade, visto que ele mesmo não interfere diretamente, a não ser com a inexorável lei da ação e reação, na física ou, como algumas religiões chamam, carma. Aquele que decide mal, ou não vê, ou não conhece a reação toma atitudes inconvenientes e colhe os frutos. A mentira tem pernas curtas.

Não importa a religião do indivíduo ou a sua crença, mas a sua atitude, o respeito à liberdade, à igualdade, sua luta pelo amor e sabedoria e o esforço para fazer o mundo mais feliz.

Respeitar a crença de cada um é respeitar a liberdade e a democracia. Vamos ouvir mais as opiniões a respeito e avaliar as que mais sintonizam conosco.

FIRMINO ARAÚJO JÚNIOR
Vitória, ES

CADÊ O CANAL?

Temos no *Brasil Agora* uma coluna de TV, que critica as

Transparência e Cidadania:

no país onde o abuso do poder econômico nas eleições é a regra, quero que minha campanha seja ética e todos saibam quem a financia. Por isso, criamos o Tele-Suplicy. Você telefona para 0800-1313 e mais dois números (05 ou 10 ou 50 ou 90) registrando sua contribuição, que será debitada em sua conta telefônica. Disque o Tele-Suplicy e faça parte da nova cultura política para o Brasil!



EDUARDO SUPPLY

grandes empresas de comunicação. Mas nunca nos preocupamos em criar nossa "empresa" (cooperativa) de comunicação. Todos sabem o poder da "Aldeia Global" de "fazer a cabeça", influir na vontade e moldar a opinião pública.

No entanto a TVT se limita a fazer vídeos para intelectuais, sindicatos e horários gratuitos. Por que o PT não tem um canal de televisão? A forma não importa, o *Time Life* também é contra a legislação. Não temos nem uma rádio no interior, o que já seria uma grande coisa. Por que o PT não tem uma rádio pirata? Eu não entendo porque o PT não tem uma rede de rádio, já que a TV está cada vez mais difícil do trabalhador adquirir. Nos grandes centros o *status quo* exige que o trabalhador passe fome, roube, mas possua uma televisão. Mas o rádio ainda é mais ouvido no interior, o que o torna um grande meio de comunicação. Temos em nossos quadros, radialistas, artistas, músicos e diretores, técnicos diversos, poderíamos ter mais audiência que a Globo.

Não são necessários anunciantes, quando se tem vontade política em todo o partido. O 1% do salário dos militantes, 30% do salário dos detentores de cargos públicos, doações e trabalho voluntário de filiados e simpatizantes, tudo isto pode ajudar, só depende de vontade. O povo e o poder estão ao alcance do trabalhador, basta os "dirigentes" quererem.

FIRMINO ARAÚJO JÚNIOR
Vitória, ES

SEM PUNHETARIA

Parabenizo a coragem da equipe do *Brasil Agora* em procurar ampliar a oferta crítica de informações no nosso país, sempre privado dessas alternativas de forma duradoura. Acredito que ainda há muito em avançar para ser um jornal que "toma partido" sem cair em pura propaganda.

No formato, e às vezes na linguagem o *Brasil Agora* se parece um pouco com o *Tez* de Berlin, que há 10 anos chegou e ficou como o mais crítico diário alemão. Hoje passa por um processo de cooperativização. Os seus leitores estão comprando cotas de investimento e passam a ter direito a voz e voto. Na assembléia escolhem um conselho fiscal/administrativo

que trabalha em conjunto com o conselho editorial independente.

Mas não faltou ao *Tez* crises financeiras, de identidade e falta de experiência editorial. No número zero chegaram a gastar 5 dias para fechar a edição.

Por isso quero dizer ao *Brasil Agora* que não esmoreça diante das duras críticas recebidas, porém não as ignorem ou as respondam com ressentimentos vulgares e sim com fatos, dados verdadeiros e interpretação crítica e até picante, mas sem punhetaria ideológica.

Nos encontramos em uma fase que os problemas sociais, políticos e econômicos se avolumaram de tal forma, que se não interferirmos com mais pragmatismo, poderemos perder muito e nos perder. Falar muito do socialismo como solução de tudo dá mais uma sensação de discutir sexo dos anjos diante de gente de barriga vazia e caindo doente. Nosso povo, por mais passivo que falem os doutos e sabidos, reage nas entranhas e prefere se calar diante da luz.

A matéria sobre saques do nº 15 é um exemplo. Ela é fantástica, porque vai lá tentar saber o que está acontecendo. Até descobre o erro do próprio PT e divulga isto. Eu acho a categoria "os progressistas" nela, mais superada que locomotiva a vapor, mas o *Brasil Agora* mostrou ali que possui uma tendência excelente para o jornalismo crítico que "toma partido" e ao mesmo tempo abre os olhos do partido para as condições do Brasil. A matéria chama atenção sobre as diferenças entre, no jargão do partido, a classe trabalhadora.

Os condutores de São Paulo podem através desta matéria obter mais elementos para julgar se vale a pena jogar o partido contra o próprio partido, por um dinheiro a mais, que é justo, mas se comparado ao contexto do país onde trabalhadores precisam saquear para comer, a posição da greve a qualquer custo é equivocada pelo desgaste provocado.

MARCOS GOMES
Munster, Alemanha

REGISTRO

Recebemos o *folder* sobre o XIV Prêmio Vladimir Herzog do Sindicato dos jornalistas de São Paulo. Recebemos o convite do 5º Congresso Nacional de

Jovens, promovido pela Juventude Operária Católica (JOC). Recebemos também a *Mala Postal*, jornal dos usuários dos Correios; o Boletim Informativo *Pauta* do Sindicatos dos Músicos Profissionais das cidades de Santos, São Vicente, Guarujá, Cubatão, Praia Grande, Mongaguá e Itanhaém. Recebemos o resumo dos pronunciamentos do deputado federal pelo PDT (SC), Dércio Knop e o cartaz do 1º CONTEL (Congresso dos Trabalhadores Telefônicos do Espírito Santo) do Sindicato dos Telefônicos.

MUDE A CIDADE

Foi gravada uma música - "Mude a cidade para ser feliz" - de autoria de Nilton Duarte, Reneu Trevisan e Wanduir Durant, para a campanha do PT em São Vicente. Mas ela serve de jingle para qualquer eleição municipal, pois não tem nome da cidade nem o do candidato.

Quem quiser adquirir a fita pode telefonar para (011) 251-4091 e falar com o Wanduir. A letra é a seguinte:

"Mude a cidade/Para ser feliz/Mude a cidade/Para mudar o seu país/Mudar a vida/Para poder sonhar/Um sonho lindo/Do Brasil mudar./Vai brilhar/Sua estrela vai brilhar/Mude agora, vamos lá/Mude já para ser feliz/Mude já/Sua estrela vai brilhar/De mãos dadas vamos lá/Mude já seu país".

BRASIL AGORA

DIRETOR: JOÃO MACHADO. EDITOR: RUI FALCÃO. DIAGRAMAÇÃO: CELSO MADEIRA. REDAÇÃO: ANTONIO MARTINS, FLÁVIO AGUIAR, JUAREZ GUIMARÃES, MOUZAR BENEDITO, VALTER POMAR. SECRETARIA: ADÉLIA CHAGAS. SUCURSAL RIO GRANDE DO SUL: LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCO ANTONIO SCHUSTER. COPIDESQUE E REVISÃO: CELSO CRUZ. DIGITAÇÃO: ELIZABETE D. DA SILVA. EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: CACO BISOL E SILVANA PANZOLDO. COLABORADORES: ALIAN RODRIGUES, ALÍPIO FREIRE, ALOÍSIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, BERNARDO KUCINSKI, BRENO ALTMAN, CARLOS E. CARVALHO, CELSO HORTA, CÉLUS, CINTIA CAMPOS, CLÁUDIO SCHUSTER, DENISE NEUMANN, EMIR SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PAIVA, FLAMARION MAUÉS, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLÁVIO LOUREIRO, DA COSTA, GENARO URSO, IVAN SEIXAS, ISAAC AKCELRUD, JAYME BRENER, JOÃO ANTONIO, JOSÉ AMÉRICO DIAS, JOSÉ ROCHA, JUSTINO PEREIRA, KIPPER, LINETE MARTINS, MANOEL ALVAREZ, MÁRCIA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERRA, MARCO AURÉLIO GARCIA, MARCOS SOARES, MARIA LUCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSKIND, MARINGONI, MARISA MELIANI, MARIZA DIAS COSTA, MIADARA, NELSON RIOS, NEMÁRIO MIRANDA, OHI, PATO, PATRÍCIA CORNILS, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZILBERMANNI, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, RAIMUNDO PEREIRA, ROGÉRIO SOTTIL, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, WALTER ONO, WLADIMIR POMAR. A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.

BRASIL AGORA É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - ALAMEDA GLETE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO (SP). FONES: 220-7198/222-6318. FAX: (011) 222.2865. GERENTE GERAL: HUGO SCOTTE. ADMINISTRAÇÃO: Mª ALICE DE P. SANTOS. ASSISTENTE: IVANILDA ALVES. CIRCULAÇÃO: JOSÉ LUIS NADAI, MARIA ODETE G. DE CARVALHO. ASSINATURAS: ANA MARIA ALVES, PAULO M. SOLDANO, GUIBA GENESTRA (DIGITAÇÃO) - FONES: 223.2974 e 220.7718. EXPEDIÇÃO: PAULO E. SOLDANO. SERVIÇOS GERAIS: JOÃO A. GUEVARA, EUSLÂNDIA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, LUCILENE B. SILVA. IMPRESSÃO: DIÁRIO DE MOGI. DISTRIBUIÇÃO: DINAP S/A.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 24 DE JULHO DE 1992.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: RUI FALCÃO

A lama não vai dar para todos

Se ainda estivesse em ação, nem a Velhinha de Taubaté teria dúvidas: o presidente do Brasil é chefe de uma quadrilha. O problema é que impera a lógica do morro: do mesmo modo que se diz que favelados protegem e são protegidos pelos traficantes, a gangue collorista protege e é protegida pelos grandes empresários (ver páginas centrais).

Mas, diante de tanta lama, é cada vez mais custoso sustentar Collor. Custoso especialmente para o país, como se pode verificar no caso do "acordo" da dívida, uma verdadeira empulhação servida em horário nobre (ver página 10).

É por isso que, apesar da inquietante desmobilização popular, a CPI pode produzir um relatório favorável ao *impeachment*. Ocorre que Collor não parece disposto a gestos de grandeza - como a renúncia -; ao contrário, tem estimulado as denúncias contra seus principais cúmplices, os empresários, na esperança de que todos se sintam no mesmo barco e desistam de afundá-lo.

Nisso, aliás, ele tem razão. Num país onde, parafraseando Proudhon,

a propriedade é um roubo, parece ficção imaginar as elites apoiando o afastamento de um presidente apenas porque ele comanda uma rede de extorsão e tráfico de influências, com vínculos diretos e indiretos com o narcotráfico... (ver página 7)

Nada, no currículo dos empresários e da maioria dos políticos brasileiros, promete muito. Se quisermos um desenlace diferente para esta crise, é preciso mobilização e coragem. Nesse sentido, temos o exemplo da SBPC (páginas 14 e 15) e as decisões da 5ª Plenária Nacional da CUT (páginas 4 e 5)

Ainda nesta edição: em Porto Alegre, sucesso da administração popular favorece a candidatura petista (página 6); a prefeitura paulistana mostra que de perto ninguém é normal (página 11); crescem as chances da candidatura democrata nos Estados Unidos (página 12); o governo Chamorro destrói a Nicarágua (página 13); "Anos Rebeldes", mini-série da Globo, revive o tempo em que era proibido proibir (última página).

O EDITOR

OPINIÃO

Crise e reforma

Existe uma crise do Estado que abrange todos os quadrantes e modelos de intervenção estatal, com a possível exceção do Japão. Essa crise é, na verdade, um dos elementos, talvez o central, de uma crise mais geral que afeta o conjunto das economias capitalistas, que depois de acelerado crescimento, após 1945, encontra-se desde o início dos anos 70 em processo de desaceleração, senão de recessão.

A solução que se tem invocado para dar conta da crise do Estado, o neoliberalismo, significou profundo fracasso nos casos da Inglaterra e Estados Unidos. A Inglaterra está hoje mais pobre, o desemprego e a crise social aumentaram com os 13 anos de remédio neoliberal. Nos Estados Unidos, a política neoliberal significou um brutal endividamento interno e externo e uma significativa derrota americana na competição internacional na maioria dos ramos industriais.

No caso do Brasil, a questão é ainda mais relevante se se considerar o papel que o Estado vem exercendo aqui, desde 1930, como principal elemento de promoção e articulação do processo de acumulação de capital.

Se o Estado no Brasil foi sempre instrumento da locupletação do interesse dos grandes grupos privados, foi, por isso mesmo, instrumento sancionador de uma brutal concentração de renda e de riqueza.

A eficácia funcional do Estado, seu papel fundamental na promoção da acumulação de capital no Brasil, são bastante comprometidos no final dos anos 70, quando, ao cumprir mais uma vez seu papel de motor de acumulação de capital, adotou uma política de endividamento externo que literalmente destruiu a capacidade de financiamento de seus gastos. Resumindo: o Estado faliu desde o início dos anos 80, e todas as tentativas de financiamento de seus gastos têm sido inflacionárias.

Diante dessa crise, também no Brasil, chegaram os ecos da cruzada neoliberal. No caso, os resultados já alcançados foram: a desestruturação do setor público, com o agravamento das condições de uma máquina notoriamente ineficiente em muitos aspectos; e a doação do patrimônio estatal para as mãos do capital privado, por meio de financiamentos inteiramente lesivos ao interesse público.

Fala-se na desregulamentação, na abertura da economia. Essas proposições genéricas terão que ser avaliadas criteriosamente. Uma abertura indiscriminada e abrupta da economia poderá ser tão lesiva

para os interesses dos trabalhadores quanto a manutenção dos atuais privilégios. Para os trabalhadores é fundamental denunciar o projeto neoliberal e colocar na disputa política o seu próprio projeto de reforma do Estado.

É preciso dizer que o projeto de reforma do Estado que o neoliberalismo no Brasil tenta impor significa duas coisas: a negação de direitos sociais adquiridos nos campos da previdência, saúde, educação; e a manutenção dos instrumentos de concentração de renda e de riqueza e dos mecanismos de exclusão e marginalização social.

O projeto de reforma do Estado que interessa aos trabalhadores é o que se apóia em dois pilares fundamentais: radicalização da democratização do Estado e utilização da máquina estatal para a reconstrução da economia, para que ela volte a crescer e para a redistribuição de renda e de riqueza. O Estado, na perspectiva dos trabalhadores, deve ser o instrumento de promoção da igualdade e da liberdade.

À alternativa reforma *versus* revolução devemos responder, hoje, reforma e revolução. Isso significa que: a) só os trabalhadores e seus aliados são capazes de consolidar uma alternativa de reconstrução da economia que efetivamente contemple os interesses da grande maioria da população; b) esta reconstrução da economia, do ponto de vista dos trabalhadores, passa por uma ampliação permanente de direitos e conquistas sociais, pela radicalização do projeto democrático-popular, no sentido da construção de uma nova hegemonia, a construção da igualdade e da liberdade.

JOÃO ANTÔNIO DE PAULA
Professor do CEDEPLAR-UFMG

OPINIÃO

Poço sem fundo?

Não adianta tapar o sol com a peneira: a Previdência Social está falida. O motivo é simples, e anterior às fraudes e maracutaias (muitas) que todos conhecemos. Trata-se do regime de financiamento previdenciário adotado no Brasil, desde o início do sistema. Nesse regime, o pagamento das aposentadorias e pensões tem como único suporte a receita de contribuições. Vale dizer, os trabalhadores ativos pagam pelos inativos. Como a história mostra, nas economias industrializadas o número de inativos é crescente e tende rapidamente a superar o de ativos. A estrutura etária da população se altera (é o que já está ocorrendo no Brasil), a média de idade se torna mais elevada, sobrecarregando os gastos da Previdência que, a cada crise, recorre ao único caminho possível dentro do regime de repartição (ou de "bases correntes" - o nosso atual): aumento da contribuição.

Como se percebe, mantido o modelo, o INSS é um poço sem fundo. Disso já se deram conta as nossas elites que, espertamente, advogam a mudança do modelo, mantendo o regime de repartição apenas para a camada de baixa renda (de um a três salários mínimos - isso varia de acordo com a proposta). Daí para cima, a Previdência passaria a ser privada, e funcionaria em regime de capitalização. Que bicho é esse? Simplesmente o modelo adotado com sucesso pelos fundos de pensão: as contribuições são aplicadas em ativos reais (imóveis ou ações de empresas, por exemplo), cujos rendimentos servem para custear as despesas do sistema. É como se o contribuinte estivesse fazendo, mês a mês, uma poupança, só que lastreada solidamente. Ao fim de 30 ou 35 anos, este pecú-

lio acumulado gera renda suficiente para pagar sua aposentadoria, que será tão mais alta quanto maior tiver sido o desconto mensal, e a taxa de aplicação dos recursos.

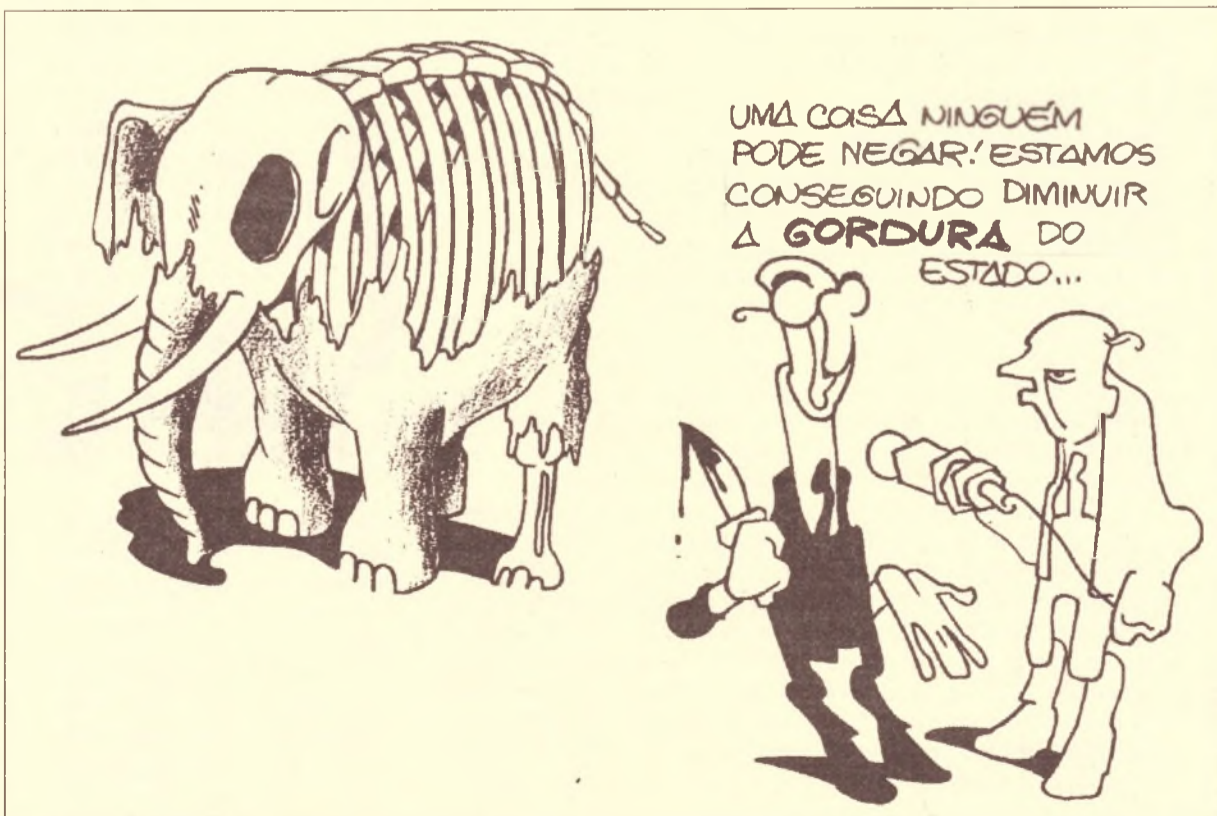
Tudo muito bonito, exceto por um probleminha. Como é que fica o trabalhador que já pagou 10, 15 ou 20 anos pelo sistema antigo? Vai ter que se incorporar a um fundo privado, e começar a pagar tudo de novo, pois o seu pecúlio só estará completo daqui a 30 anos. Se quiser se aposentar antes, será pela Previdência básica, a tal de baixa renda, essa que já está aí. E ainda correndo o risco de entrar numa fria, se o fundo escolhido revelar-se uma arapuca, um carnê do Baú como tantos que existem.

Parece um beco sem saída. De um lado, o poço sem fundo do INSS (inviável mantê-lo); de outro, o pesadelo do Baú: aquele em que você paga, paga, e nunca vê o resultado. Mas tem saída sim, é claro. E esta começa por uma profunda reforma do sistema previdenciário. Em primeiro lugar, é essencial que a administração da Previdência saia das mãos do Estado, que se mostrou inconfiável para esta missão, e passe para o controle direto da sociedade civil, através de um conselho eleito pelo voto direto dos contribuintes. Em segundo lugar, é imprescindível que o Estado pague sua enorme dívida para com a Previdência, originada pelo desvio (legal) dos enormes superávits que o sistema teve durante mais de 30 anos e que sempre foram utilizados para financiar o gasto do governo federal (não é exagero dizer que foi com esse dinheiro que se construiu quase toda a infra-estrutura econômica deste país).

Mas como pagar, se o erário público está em déficit? Com o patrimônio constituído pelas estatais, que no momento está sendo literalmente doado ao capital privado, através do programa Collor de privatização.

Este novo fundo previdenciário, público mas não estatal, lastreado pelas empresas produtivas (das quais o fundo seria uma espécie de *holding*), funcionando desde o início em regime de capitalização, é a única saída que os trabalhadores brasileiros têm para sair do dilema entre apoiar o falido modelo atual ou aceitar a mudança inevitável de regime, mas nos moldes impostos pelo capital privado.

FERNANDO PIMENTEL,
Economista e professor da UFMG



EM BELÉM, PT É PREFERIDO

Todas as pesquisas de opinião feitas pelos institutos do Pará apontam o PT como o preferido pelo eleitorado de Belém. Por isso, o esforço dos organizadores da campanha do candidato a prefeito, Zé Carlos, está concentrado na vinculação do nome do candidato ao Partido, para evitar que os eleitores identifiquem outros candidatos como petistas.

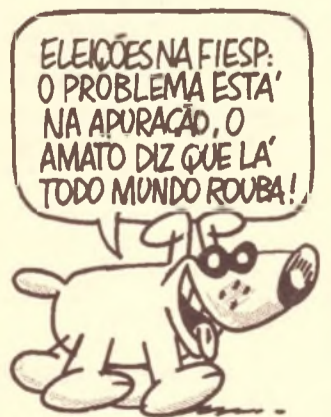
Seis candidatos vão disputar a prefeitura de Belém. O ex-governador Hélio Gueiros (PFL-PTR-PRN) é o líder das pesquisas mas possui também o maior índice de rejeição. Ele teve suas contas rejeitadas pela Assembleia Legislativa por irregularidades e maracutaías feitas para beneficiar o seu candidato a governador nas eleições de 1990.

Outro candidato forte é o senador Almir Gabriel (PSDB), que foi o candidato das esquerdas em 1990 mas que na eleição para prefeito optou por fazer aliança com a direita. Ele tem como principal cabo eleitoral o prefeito Augusto Rezende (PTB) e conta ainda com o apoio do governador Jader Barbalho (PMDB) e do vice-governador Carlos Santos (PST), além de Sahid Xerfan (PTB), ex-prefeito e candidato a governador em 1990, com apoio de Hélio Gueiros. O índice de rejeição ao nome de Almir cresce entre os setores organizados por conta dessas alianças.

Já o ex-deputado Ademir Prado Andrade (PSB), que foi candidato a senador pelas esquerdas, em 1990, apoiou Xerfan no segundo turno em troca de ser o candidato a prefeito com o apoio da máquina da prefeitura. Na última hora foi preterido e não tendo para onde correr procurou o PT, mas além de já ter sido realizado o encontro municipal a rejeição ao nome de Ademir é grande entre a militância mais organizada do Partido.

O candidato do PT, Zé Carlos, tem um grande potencial de disputa eleitoral pois foi um dos vereadores mais atuantes de Belém e atualmente é o líder do PT na Assembleia Legislativa. Seu mandato é marcado pela defesa do direito de cidadania e da moralidade pública. Foi ele o autor da CPI dos diplomas falsos na Assembleia Legislativa e presidente da Comissão Processante que apurou e pediu a cassação do mandato do ex-deputado Vavá Mutran (PDS) por envolvimento em diversos crimes. Zé Carlos ganhou também grande notoriedade por ser um dos mais ferrenhos adversários do governador Jader Barbalho e um fiscalizador implacável de seu governo.

PAULO ROBERTO FERREIRA,
de Belém



CUT unida pelo fim

Trezentos delegados definem temas estratégicos e desencadeiam

A 5ª Plenária Nacional da CUT, que reuniu cerca de trezentos dirigentes sindicais nos dias 15, 16 e 17 de junho em São Paulo, será lembrada como um elo decisivo das eleições e movimentos da Central no sentido de construir o seu papel estratégico na sociedade brasileira.

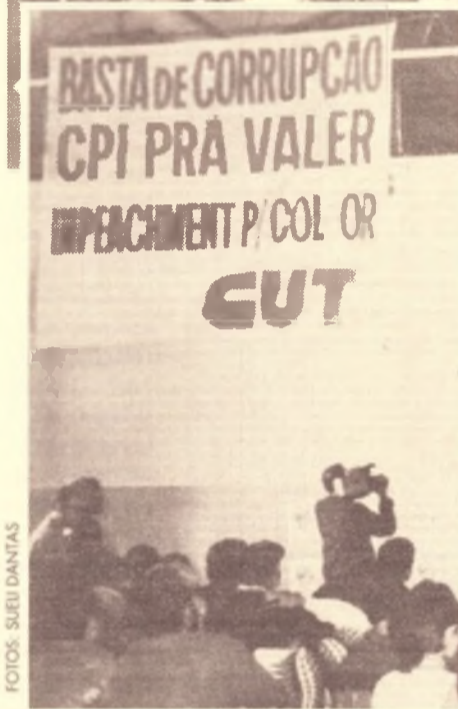
Uma bateria de assembleias, congressos estaduais e nacionais por ramos econômicos, de seminários e pré-teses antecederam a sua realização. "Foi uma atividade bastante positiva, mais qualificada, com resoluções melhor construídas, refletindo um esforço coletivo, pluralista", avalia o coordenador geral da Plenária Jorge Lorenzetti. "Esta plenária representa um salto de qualidade em relação ao 4º Congresso Nacional, realizado em julho do ano passado", quando atingimos o fundo do poço em termos de sectarismo, bloqueamento do debate e até uso de violência física", comenta Durval Carvalho, secretário nacional de política sindical.

O leque de temas em debate teve um caráter estrutural e abrangente: definição da política internacional (foi definida inclusive a filiação à CIOSL), dos princípios básicos da organização vertical (por ramos) questões estatutárias chaves para o aprimoramento da democracia interna. Pela primeira vez, o tema da participação das mulheres polarizou o plenário da central.

"Ao contrário do que pode pensar um observador externo, há sinais claros de que a CUT está viva, reestruturando-se inclusive para enfrentar o cerco que até agora não foi rompido da Organização nos locais de trabalho e, ao mesmo tempo, ser capaz de construir um projeto amplo da classe trabalhadora para a sociedade brasileira", analisa Lorenzetti.



CUT: desta vez sem violência



FOTOS: SUELI DANTAS

Sindicalismo contra Collor

AÇÃO NA CRISE. Um primeiro sinal dos impulsos renovadores da 5ª Plenária Nacional poderá ser avaliado imediatamente na situação da CUT frente à crise agônica do governo Collor. A entrada em cena do movimento sindical é essencial para dar às nascentes manifestações um impacto nacional de massas.

A 5ª Plenária Nacional, neste sentido, teve o mérito de resgatar a unidade política da CUT. A resolução com o título "Basta

de corrupção, impeachment já, CPI pra valer, pelo fim do governo Collor" foi aprovada com um largo espectro de unidade entre as várias correntes.

A proposta básica do manifesto é a de "realizar manifestações públicas, atos, passeatas, marchas, articulados com a sociedade civil e partidos políticos do campo democrático e progressista. A CUT deve destacar massivamente neste período, o conjunto de sua plataforma de reivindicações, enfatizando sua oposição global ao neoliberalismo e seu programa de privatizações, organizando os sindicatos e os movimentos de defesa das estações."

O primeiro ponto de concentração das manifestações será o Dia Nacional de Luta marcado para o dia 6 de agosto próximo.

POLÊMICA DA ESTRUTURA. Em seu nono ano de existência, a

CUT ainda está longe de ter fixado as suas estruturas organizativas básicas. Há intenções originais não cumpridas, polêmicas sobre o projeto que se quer construir, diferenças importantes sobre as relações da CUT com a estrutura sindical oficial, originada na CLT. A 5ª Plenária enfrentou alguns destes desafios.

"O ponto mais frágil da estrutura sindical que estamos construindo", avalia um documento de caráter unitário votado na Plenária, "é a organização nos locais de trabalho". Entre os 1700 sindicatos filiados à Central, experiências como as comissões de fábrica de São Bernardo, as comissões de garagem da CMTM em São Paulo, as estruturas de base em sindicatos da Previdência e de trabalhadores em educação são exceções.

Como resposta ao impasse, o documento propõe que sejam definidas dez setores prioritários de trabalhadores onde seriam realizados seminários até o final do ano para acumular experiências e iniciativas. Três campanhas de propaganda serão deflagradas: uma, com o

Decidida a filiação à CIOSL

Por 176 votos a 106, a CUT aprovou a proposta da Articulação Sindical.

Em sua decisão mais polêmica, a 5ª Plenária Nacional da CUT decidiu por uma maioria de 62% de votos encaminhar o pedido de filiação da central à CIOSL (Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres). Os 176 votos favoráveis à filiação vieram basicamente da corrente Articulação Sindical; as correntes da CUT pela Base, Convergência Socialista, Corrente Sindical Classista e Força Socialista somaram os 106 votos contrários.

O argumento mais poderoso a favor da filiação exposto nos documentos preparatórios e na própria Plenária tinha um caráter fortemente pragmático: em um contexto de aguda internacionalização da economia, trata-se de inserir a CUT na central sindical mundial de longe, hoje, a mais representa-

tiva. Pesa aqui também o fato de que a CGT e a Força Sindical já têm suas filiações aceitas pela CIOSL.

A idéia estratégica de que a CUT poderia liderar ou compor uma central mundial alternativa à CIOSL é problemática, mesmo se considerado apenas o contexto latino-americano. No México, Venezuela e Argentina, as centrais sindicais são conserva-

doras e estão no campo da AFL-CIO, ala direta da CIOSL. A CUT paraguaia deliberou a filiação à CIOSL assim como a Ferrastra, de El Salvador. O PIT-CNT uruguaio tomará posição agora em agosto, tendo ampla maioria de sua direção executiva favorável à filiação. A maioria do último Congres-



BARROCO

so da CUT chilena votou favoravelmente à filiação, embora não tivessem se registrado os dois terços estatutariamente necessários para a decisão.

O cenário internacional apresenta-se ainda mais saturado pela presença e atração da CIOSL. O seu XV Congresso, realizado recentemente na

Venezuela, representou 152 organizações sindicais filiadas, 108 países dos cinco continentes e cerca de 110 milhões de trabalhadores.

ILUSÕES E RISCOS. Formada em uma tradição autônoma e própria, a CUT entrará agora em uma nova fase de relações

de Collor

campanha de massas.

lema "trabalhador organizado é trabalhador respeitado", visando sensibilizar amplamente a base; outra aos dirigentes e ativistas sindicais, através da Secretaria Nacional de Formação, que pretende atingir em torno de 20 mil pessoas; uma para legitimar junto à institucionalidade o direito de organização por local de trabalho.

ORGANIZAÇÃO POR RAMOS.

Um tema controverso na 5ª Plenária foi o da organização vertical da CUT. A resolução majoritária aprovada deliberou a continuidade do processo de fundação de entidades nacionais de ramos, a partir dos congressos dos departamentos nacionais da CUT (como ocorreu, por exemplo, com a criação das Confederações metalúrgica e bancária no primeiro semestre deste ano).

São considerados dezoito ramos de referência para a criação das confederações: metalúrgicos, bancários, rurais, químicos, vestuário, transportes, comerciários, educação, saúde, mineiros, alimentação, comunicação, água-esgoto-gás-eletricidade, autônomos urbanos, inativos, administração-serviço público, construção civil-móveis-madeira, técnicos-profissionais liberais.

Foi acordado que estas estruturas verticais serão orgânicas à CUT, tendo um modelo de funcionamento democrático e reconhecendo a soberania nas assembleias de base (na experiência do sindicalismo europeu, bastante verticalizada, em geral as direções dos ramos têm poder até de decidir sobre as bases um contrato coletivo de trabalho).

Foi adotada uma decisão importante para a democracia na Central. Ao invés de ser apenas uma recomendação interna, foi incorporada aos estatutos a adoção da proporcionalidade na eleição de delegados às instân-

cias da CUT. Por decisão majoritária, participará desta proporcionalidade toda chapa que obtiver pelo menos 20% dos votos válidos.

VOZ DAS MULHERES. O debate sobre a adoção de quotas mínimas para a participação das mulheres nas instâncias de direção da CUT teve o mérito de literalmente balançar o alinhamento tradicional das correntes na plenária. O tema é para lá de relevante: as mulheres são 35% do mercado de trabalho no Brasil, um quarto dos sindicalizados. No 3º Concut, 25% da delegação era composta de mulheres, mas apenas uma foi eleita para a direção executiva de vinte membros; no 4º Concut, 18% da delegação era feminina mas somente duas foram para a nova executiva de 32 membros.

Três propostas foram a voto. A primeira, propondo a adoção imediata de quotas de 30%, obteve 96 votos. Contou com o apoio entusiasmado dos dirigentes Rose Pavan, Durval Carvalho, Miguel Rosseto, José Maria de Almeida. A terceira, lançada por companheiras da Corrente Sindical Classista, a favor das cotas mas adiando a definição de um percentual para a próxima plenária nacional, obteve 32 votos.

A proposta vencedora, com 118 votos foi defendida, entre outros, pelos dirigentes Gilmar Carneiro e Paulo Skromov. Defendia a opinião de que a adoção de quotas "seria precipitada e propiciaria uma certa acomodação e a conseqüente secundarização do tema."

Ninguém duvida, entretanto, de que o rosto feminino emergiu com força na história da CUT e deverá ser tema de ardentemente polêmicas nos próximos plênários e congressos.

JUAREZ GUIMARÃES

internacionais. A filiação à CIOSL, além de institucionalizar vínculos, fortalecerá o crescente intercâmbio da CUT em particular com as centrais européias que compõem o seu núcleo dirigente de mais peso. Com isso, aumentará o acesso da CUT a novas informações, pautas e experiências reivindicatórias, além do apoio político e material.

Mas é inegável que a filiação à CIOSL exporá a CUT a riscos subestimados e colocará à prova ilusões aparecidas no debate.

Há, em primeiro lugar, um diferencial ideológico nítido entre a tradição anti-capitalista da CUT e o horizonte conformado ao sistema capitalista que prevalece amplamente na tradição da CIOSL, para além de sua abertura política plural. Em um ambiente de crise aguda dos ideais socialistas, aumentará a pressão do chamado sindicalismo participativo, que em nome da superação do corporativismo limita o seu potencial de contestação ao capital.

Em segundo lugar, predomina na CIOSL uma "cultura sindical" típica do chamado Primeiro Mundo, amplificada pelo fato de que os Sindicatos europeus e americanos possuem condições técnicas e financeiras infinitamente maiores para se articularem. É natural neste contexto que toda a problemática anti-imperialista fique atenuada e sua recolocação em pauta dependerá em muito da capacidade da CUT articular-se, em particular nos continentes latino-americanos.

Por fim, apesar de todos os fluxos de migração de novas forças para a CIOSL, não há nenhuma evidência decisiva que autorize a visão de que uma nova hegemonia esteja se formando na CIOSL, ou que ela esteja passando por um processo real de democratização de seus centros decisórios. É preciso lembrar que mesmo a social-democracia européia tem vivido nos últimos anos uma nítida "direitização" de seus programas, em especial as suas expressões partidárias que go-

vernham, como na França e Espanha.

PLANO COMUM. Como contraponto à polêmica decisão de filiação à CIOSL, a 5ª Plenária Nacional aprovou um documento fortemente unitário que alinha as principais iniciativas que guiarão a ação internacional da CUT.

No item 42, o documento aprovado indica que a CUT "vai continuar priorizando suas relações com o movimento sindical da América Latina e do Caribe. Em vez de representar uma decisão terceiro mundista, como às vezes é interpretada, essa posição traduz a importância atribuída pela CUT ao papel que o sindicalismo latino-americano poderá desempenhar no processo de fortalecimento do movimento sindical internacional". Na pauta desta priorização, o Mercosul e a luta contra a dívida externa.

Importante também a campanha contra o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos a Cuba, em tudo dife-

RURAI S

Cios da terra

Luta pela reforma agrária se amplia

No fechamento desta edição, entre os dias 20 e 25 de julho, os trabalhadores rurais estão protagonizando mais um capítulo da longa jornada pela reforma agrária. De norte a sul do país, ocupam latifúndios, fecham rodovias, ocupam repartições públicas, promovem caminhadas simbólicas.

Esta é a 3ª Jornada Nacional de Lutas. Nas duas anteriores, obtiveram-se inúmeras conquistas: créditos para a produção, liberação do Proceca (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária), investimentos em tecnologias, maquinários agrícolas e correções do solo, desapropriação de áreas para assentamento de famílias acampadas.

A partir do ano passado, juntaram-se às jornadas organizações da cidade como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia e a Pró-Central de Movimentos Populares. Este ano, no dia 24 de julho, uma vigília histórica aquecerá a noite e a madrugada em São Bernardo do Campo.

Os rurais estão adotando a tática de pressionar diretamente os governos estaduais, integrante do seu movimento nacional ao grito de "Fora Collor". Este já ocupou inúmeras vezes os meios de comunicação para anunciar o começo da "maior reforma agrária do país". Mas não desapropriou nenhuma área para assentamento de novas famílias. Todas as conquistas recentes foram obtidas com a pressão sobre governantes estaduais.

MARCA DA FOME. No Pará, cerca de 500 de famílias ocuparam dia 16 a fazenda Rio Branco, no município de Parauapeba, de 23 mil hectares. Foram despejadas no mesmo dia pela Polícia Militar, conjuntamente com os pistoleiros da fazenda. Acamparam, então, em frente à Prefeitura Municipal e iniciaram em Marabá negociações com o INCRA para aquisição de outras áreas de assentamento.

No Ceará, desde o dia 12 de julho, quatrocentos trabalhadores rurais saíram em caminhada desde o município de Madalena para



Rurais: novas mobilizações

chegar a Fortaleza. Percorreram 204 quilômetros. Nos municípios por onde passaram, os trabalhadores foram recebidos por sindicatos, igrejas e prefeituras. Em um ato público realizado em Canindé, no Centro dos Romeiros, mais de mil pessoas participaram de uma missa abençoando os caminhantes. Sindicatos urbanos como dos Têxteis, Sintel, Metalúrgico e Bancários estão prestando todo apoio aos agricultores.

Em São Paulo, entre os dias 16 e 19, três fazendas foram ocupadas. A fazenda Lagoinha, com 4.517 hectares, em Presidente Epitácio, foi ocupada por 350 famílias. As fazendas Flor Roxo e Washington Luís, essa da empresa Sameco, em Mi-

rante do Paranapanema, foram ocupadas por 750 famílias. Estas duas fazendas são terras devolutas, pertencentes ao Estado de São Paulo, e os pretensos proprietários não possuem nenhum documento de propriedade.

No Mato Grosso do Sul, os chamados "brasiguaios" acampados na cidade de Amambai estão promovendo diariamente atividades para sensibilizar as autoridades: desde manter as ruas e terrenos baldios da cidade limpos até fechamento de rodovias e apreensão de alimentos. Mais do que terra, estes brasileiros querem que lhes seja garantido o direito de viver no Brasil. A luta pela reforma agrária tornou-se concretamente uma luta pela cidadania.

Na Bahia, dois mil trabalhadores iniciaram a "Marcha contra a fome no campo". De Feira de Santana a Salvador, serão percorridos diariamente 30 quilômetros. São homens, mulheres e crianças desafiando a intransigência do governador Antonio Carlos Magalhães. A previsão é que na chegada à capital baiana serão mais de cinco mil trabalhadores integrados à marcha.

Até o dia 25 de julho, dia do Trabalhador Rural, outros estados promoverão manifestações políticas encerrando a 3ª Jornada Nacional.

MEMÓRIA

Foram homenageados com minutos de silêncio, três companheiros dirigentes da CUT falecidos no último período: Izabel Picaluga, socióloga, uma das fundadoras da CUT; José Novaes, dirigente dos trabalhadores rurais; e Francisco Zoccoli, presidente do Sindicato dos Servidores Federais de Brasília e membro da executiva nacional da CUT.

JUAREZ GUIMARÃES



PORTO ALEGRE

A CORAGEM DE CONTINUAR

Porto Alegre teve a "coragem de mudar" em 1988 e elegeu o bancário Olívio Dutra, da Frente Popular (PT-PCB), para prefeito. Três anos depois, confere o saldo da opção: o candidato da situação, Tarso Genro, é o favorito - o que nunca aconteceu na cidade; Olívio teve 50% de aprovação em pesquisa feita no início de julho.

PROJETOS EM DISPUTA. As críticas fortes da oposição são dirigidas à escassez de obras. Quando existem, também são criticadas. É o caso da urbanização da Vila Planetário, que simboliza com precisão a disputa que se trava na cidade. A Vila está no centro, à margem de uma das mais movimentadas avenidas de Porto Alegre, perto de um prédio da Universidade Federal que simula o céu e planetas - o Planetário. São 500 sub-empregados e desempregados, alguns vivendo ali há mais de 30 anos, morando em barracos. Depois de discussões com eles, a Prefeitura decidiu urbanizar a Vila, construindo 90 casas. As obras começaram em junho, mas em seguida o vereador do PDS e ex-prefeito nomeado, João Dib, entrou na Justiça paralisando o trabalho. Dib citou o Plano diretor, que destinava o espaço para escolas de atendimento a deficientes auditivos e visuais. A partir daí iniciou-se uma disputa, que, no fundo, revela diferença entre dois projetos. O PT e algumas associações de bairro promoveram caminhadas e manifestações na Vila, em defesa da urbanização. Contra ela, houve até argumentos de que com o mesmo dinheiro se alojaria muito mais gente na periferia. No dia 20 de julho, a Justiça cancelou a suspensão das obras pedida por Dib, porém o caso não está encerrado: o vereador promete reagir, mas a urbanização reiniciou no dia seguinte.

Essa diferença de visão sobre cidade e cidadania marcou toda a gestão de Olívio Dutra e Tarso Genro em Porto Alegre. "Desde o início da gestão, promovemos reuniões com a comunidade, começamos a discutir o orçamento da cidade. Aprendemos muito nesse choque entre o discurso de campanha e a realidade", diz Olívio. Desses debates nasceu a idéia do Orçamento Participativo. Porto Alegre foi dividida em 32 regiões e micro-regiões; cada uma debate, em assembléia, suas prioridades para o ano seguinte. Essas reuniões definiram que 48,71% do orçamento de 1992 seria para saneamento e 15,71% para educação, os dois maiores índices. Para se ter uma idéia: na preparação

do orçamento de 1992, mais de 6 mil pessoas participaram da discussão.

"Enterramos dois 'Tesourinhas' (ginásio municipal de esportes com capacidade para 6,5 mil pessoas) em saneamento. São obras que ninguém vê", explica Olívio ao citar os 41 milhões de dólares aplicados em saneamento, o dobro do que aplicou o antecessor Alceu Collares. No final de 1991, Porto Alegre foi eleita "a capital brasileira de melhor qualidade de vida", pela revista **Dirigente Municipal**, do Grupo Visão.

Essa política despertou os adversários, que vêem nela "proselitismo do PT". O vereador Omar Ferri, do PDT, é um deles. Man-

para a "voragem tributária do PT", como disseram os deputados estaduais e candidatos a prefeito Jarbas Lima (PDS) e Carlos Araújo (PDT).

A discussão do IPTU começou no Orçamento Participativo, ainda em 1989, quando a Prefeitura come-

lítica de transporte e temos autoridade para fazer com que seja cumprida. A execução pode ser feita pelos permissionários". Em 1991, a Prefeitura criou o "plus tarifário", um acréscimo no preço destinado a financiar a renovação da frota, que estava envelhecida, que foi suspenso por ação popular de um vereador do PL. Também o projeto da Taxa Transporte não foi aprovado na Câmara. Mesmo assim, continua o processo de renovação da frota, pago pelas passagens a Cr\$ 1.100,00 (preço único). Hoje, a média de idade dos ônibus baixou de 7 anos e 4 meses para 6 anos e um mês, foram adquiridos 624 novos ônibus, contra 391 de gestão Collares (85-88). Dos passageiros, 39% pagam preço integral, o resto é beneficiado com vale-transporte, passe escolar e isenções.

CORAGEM. Mas Porto Alegre é uma

cidade trabalhista e somente em 1992 o PT conseguiu superar o PDT na preferência popular. Em 1989, foi preciso enfrentar meia dúzia de Cieps criados por Collares, turno integral e altos índices de evasão e repetência. Não foi construído nenhum prédio, mas mudou-se radicalmente a metodologia do ensino. Foram criadas 8.500 vagas, aplicando paulatinamente o construtivismo, o que gerou a queda da evasão e da repetência. Neste ano, estão sendo construídas três escolas construtivistas. É o trabalho mais elogiado da Administração Popular, junto com a Cultura, servindo de modelo aprovado pela Unicef para alfabetização no Nordeste. Os diretores são escolhidos diretamente pela comunidade escolar.

Olívio Dutra cita ainda a coleta seletiva do lixo seco (recolhimento em dias determinados, de papel, plástico etc), a triplicação da coleta de lixo orgânico (principalmente nas vilas), a política salarial e a relação democrática com o funcionalismo, as construções de moradias populares, a implantação de 2.255 pontos de luz e a recuperação dos antigos (quando assumiu, havia dez mil desligados, hoje são dois mil), como exemplo da administração da Frente Popular. "Acho incorreto dizer petista, porque temos outros partidos participando", costuma explicar. Mas o que ele ressalta sempre são os conselhos regionais e o Orçamento Participativo. Ali se comprova, na prática, o slogan da campanha de 1988: "Coragem de mudar".

MARCO ANTONIO SCHUSTER,
de Porto Alegre

FORO CONTRA A RECESSÃO

Em 1991, para combater, pelo menos em parte, os efeitos da política de Collor de Mello, a Prefeitura de Porto Alegre lançou o **Foro Contra a Recessão e o Desemprego**, coordenado pelo vice-prefeito, Tarso Genro. Com entidades participam da iniciativa - entre associações de profissionais, sindicatos patronais e de trabalhadores e secretarias da Prefeitura, formando comissões de estudo e encaminhando medidas concretas. Em 13 de março de 1992, o Foro promoveu uma vigília contra a recessão que teve a participação do senador Pedro Simon, do deputado Roberto Freire, de representantes do **Pensamento Nacional**, de Bases Empresariais, boicote da Federação das Indústrias gaúchas e protesto da **Convergência Socialista**.

Algumas decisões do Foro: agilização administrativa para licenciamento de construções; criação da Cesta Popular, venda de produtos - durante dois dias da semana - a preços mais baratos no Mercado Municipal; feiras-modelo na cidade, também a preços menores; pontos de oferta onde o produtor vende direto ao consumidor; show room de pequenos negócios servindo de ligação entre indústria e comércio; viabilização do distrito industrial da Restinga, um bairro; incubadora tecnológica para incentivar pequenas e micro-empresas a desenvolver novas tecnologias; autorização da participação de micro-empresas nas licitações da Prefeitura.



OLÍVIO DUTRA

A aprovação à administração petista reverte em apoio ao candidato Tarso Genro, com maior intenção de voto em todas as pesquisas hoje: 38% (Ibope), 40% (DataFolha) e 42% (PT).

colocar uma placa numa vila, fez promessas e foi para uma das reuniões. Ouviu o que não queria. Foi chamado de oportunista por alguns moradores.

MEIA CASA. Mas nem todos saltam assim na defesa da Administração Popular, e as próprias reuniões do Orçamento Participativo costumam ser disputadas. O caso de Rodolfo Oswaldo Weber, 82 anos, virou notícia nacional: ele desmanchou metade da casa para pagar menos IPTU, que consumia metade do salário-mínimo de sua aposentadoria. Tinha direito à isenção, mas não conseguiu porque parte da construção era clandestina e a Lei Orgânica impede isenção a quem está em situação irregular. Essa versão da Prefeitura foi sonogada aos leitores de Porto Alegre, ficando o destaque

ção a discussão da reforma tributária. "Para não enfrentar os interesses de grandes proprietários, as administrações anteriores deixaram que o IPTU ficasse defasado", explica o boletim do Orçamento Participativo de junho de 1992. Em 1989, não sobrou dinheiro para investimentos. Eles só foram possíveis a partir de 1990, com a recuperação da receita. Olívio alertava: "Temos que garantir a progressividade. Quem tem mais, paga mais". Foi feito. Em 1991, começaram as reclamações, chegando ao impasse na Câmara ao final do ano. De qualquer maneira, a receita com o IPTU aumentou 104%, sendo 13% da arrecadação da cidade. O mesmo percentual aplicado em obras.

Há equívocos, sempre alardeados e reconhecidos, como o caso de Oswaldo Weber, que agora está com a situação regularizada, por iniciativa da Prefeitura, mas não foi para a capa dos jornais.

Seguido do IPTU, o transporte coletivo é outro ponto crítico da Administração Popular. Já no segundo mês de governo, ela enfrentou um locaute das empresas de ônibus por aumento de tarifas. A Prefeitura interveio em seis delas, depois as devolveu, descobriu muitas irregularidades, mas estrangulou-se. Reajustou as tarifas abaixo da inflação. Até hoje Olívio se arrepende: "Foi um equívoco". A qualidade do transporte não melhorou e as reclamações aumentaram. Serviu para aprender, revela: "Definimos a po-

A FALSIFICAÇÃO

PC Farias é o corretor do "bom negócio" em que a burguesia conferiu a Collor um mandato messiânico e destrutivo.

A conjuntura de hoje está evidentemente marcada pelos escândalos e pela atuação da CPI. Mas ver apenas isso é se deter no reino das aparências. O que de real está se passando é o desmonte persistente, gradual, da falsificação perpetrada em 1989. O senhor PC Farias é somente o corretor do "bom negócio" através do qual a burguesia encheu os cofres para dar a Collor um mandato messiânico e destrutivo. Um mandato para destruir exatamente aquilo que tinha sido capaz de pela primeira vez na história brasileira abalar a dominação de classe, a força das organizações populares que haviam construído a candidatura de Lula.

Hoje, não só o governo como as forças que o apoiam estão em franca defensiva. É importante a gente ler os sinais positivos da conjuntura, que são sinais produzidos pela atuação das organizações populares, sindicais, partidos de oposição, organizações da sociedade civil. Apesar de tudo, apesar da recessão e de todos os seus danos sociais, são estas forças sociais que estão alavancando a desmontagem deste mandato destrutivo conferido ao governo Collor.

CÍRCULOS DE FERRO. O governo tem hoje uma sustentação política fragilíssima. Ele passou a ficar prisioneiro de dois círculos de ferro que resumem-se a um só: um é a cara do outro. Um círculo de ferro político que se denomina Antônio Carlos Magalhães e sua quadrilha e o outro círculo de ferro dos grandes financiadores da campanha de Collor. Estes dois círculos de ferro aprisionam aquele que havia pensado ter pago a fatua da sua falsificação ao derrotar Lula.

Collor está cada vez mais isolado. Este isolamento custalhe cada vez mais caro. Há uma dialética perversa em curso: quanto mais o falsificador se isola, o preço para apoiá-lo é mais alto. É como se assistíssemos a um leilão diário: a cada denúncia, um deputado do PFL é escalado para responder, bate-se o martelo para saber qual o cargo que um correligionário seu ganha. O relator da

CPI é, ao mesmo tempo, o relator da comissão de ajuste fiscal: é o mesmo homem. O Antônio Carlos Magalhães pega o Collor na entrada e na saída.

O que eu acho perigoso é o jogo sutil entre o PFL e o PMDB. Porque o PMDB não apoia o governo Collor mas também não o desapóia totalmente. O



projeto do PMDB é um projeto burguês, no máximo com algumas tintas reformistas. É um projeto que não admite a liderança popular no processo. Quer evitar a todo custo uma situação na qual as iniciativas passem para o campo das organizações populares.

Assim, na verdade, de quem o Collor mais depende é do PMDB e do PFL. O resultado da crise está neste jogo entre o PMDB e o PFL, até o ponto em que as forças populares forem capazes de lançar o movimento na rua e obrigar os partidos políticos a tomarem uma posição no Congresso que obedeça a lógica das ruas.

ALMOÇO DE MIL TALHERES. A burguesia não tem coragem de romper este círculo de ferro. Por quê?

Em primeiro lugar, apesar da aparência em contrário, ela perdeu a capacidade hegemônica do país. Ela tem dominação de classe mas hegemonia ela não tem. Digo hegemonia no sentido mais forte, em que uma classe social obtém o consenso nacional para o seu projeto. Isto, ela evidentemente não tem. A burguesia dilapidou o seu Estado nacional e sua capacidade de moldar um projeto nacional sem um Estado nacional consistente está, quase por definição, falida.

Ela está transferindo fatias enormes de seu próprio poder econômico a outros grupos e tentando salvar-se como um

náufrago: lançando a última tábua para ver se através da vinda do capital internacional consegue renovar a sua capacidade de expansão.

Com a recessão, a burguesia tem diminuído o seu poder econômico. A medida que a economia nacional não se expande, à medida que empresas são fechadas, à medida que ela não avança em progresso tecnológico, o poder de classe da burguesia diminui. Mesmo que alguns grupos econômicos ganhem e apesar de que aparecem ganhos financeiros, como por exemplo no balanço dos bancos, enquanto classe social a burguesia está perdendo.

Por que então o jantar dos mil talheres? O que explica o persistente e reiterado apoio a uma política que é completamente desastrosa?

A burguesia quer evitar que a desmontagem do governo Collor transforme-se em uma ofensiva política das forças populares. Quer evitar a todo custo que a solução da crise política seja decisivamente transferida a forças como o PT, o PPS, o PCdoB, o PSB e mesmo algumas frações do PMDB. Quer sobretudo evitar que este conjunto de forças seja capaz de afinar-se a ponto de oferecer alternativas estratégicas à política e à economia que aí estão.

POLÍTICA E ECONOMIA. A manobra toda se passa nesta operação cirúrgica para isolar a política da economia. Não

permitir que o projeto neoliberal seja afetado pelo fracasso do governo neoliberal. Ainda mais que Collor não é um membro em frente ou representativo desta burguesia, a não ser que ela toda se converta em sinônimo de ave de rapina.

É como se a burguesia dissesse: a economia é com a gente e, no limite, não tem nada a ver com os políticos. Aquilo que eles reclamavam - "os sindicatos só fazem reivindicar" - é ao que querem que os sindicatos se limitem hoje. Querem que os sindicatos só reivindicuem, que os políticos só cuidem da política chamada institucional e que a economia seja deixada nas mãos das grandes organizações patronais.

Não quero fazer uma análise cor-de-rosa. Não quero subestimar as condições bastante difíceis que os trabalhadores vivem hoje. Mas a conjuntura de hoje - ao contrário de um pessimismo e de um derrotismo - mostra que o desmantelamento do governo Collor foi enfrentado corajosamente pelas organizações populares ao lado de outras organizações da sociedade civil. É que o desafio está exatamente aí, na capacidade destas forças passarem à ofensiva e apresentarem formulações estratégicas para a saída da crise brasileira.

*REPRODUZIMOS AQUI OS PRINCIPAIS TRECHOS DA PALESTRA DE CHICO DE OLIVEIRA NA ABERTURA DA 5ª PLENÁRIA NACIONAL DA CUT.

OUVIDOR GERAL

MÉTODO STANISLAVSKI. Dizia o grande mestre do teatro russo e soviético, Stanislavski, que o ator precisava se deixar tomar pelas razões do personagem para encarná-lo bem no palco. O mestre escreveu vários livros e uma autobiografia sobre o assunto. São a leitura que o presidente precisa. Pelo visto, vamos ter que suportar aparições do Planalto enquanto dure o mandato, e o presidente no mandato; e o duro de ver é que um não acredita mais no outro, isto é, o presidente não acredita mais no seu próprio papel. Não sei como definir isto; é questão de um olhar a mais ou a menos, mas esta é a diferença. Antes havia um ator que manifestamente acreditava no seu papel, isto é, na sua capacidade de representar algo diante das câmeras. Agora, o que vemos é um contínuo testar-se: "vamos ver se desta vez eu acerto"; "vamos ver se desta vez eu tenho o tom certo para o presidente falar". É um suplício para quem gosta e para quem não gosta de teatro, ou seja, para quem gosta de bom teatro e no lugar certo, isto é, no palco, no cinema, na novela.

IPTU. Em Porto Alegre, onde os candidatos da Frente Popular, Tarso Genro e Raul Pont, lideram as pesquisas com boa diferença, o cavalo de batalha conservador vai ser a "fúria fiscal" atribuída à administração popular. Já se levantou pela imprensa local - e nacional - o possível "motivo maior" desta campanha: a história do senhor aposentado que, ganhando o salário-mínimo, demoliu parte da casa para baratear seu IPTU, num gesto equivocado. A Prefeitura prometeu chegar a uma solução para o caso; enquanto isso, é de se reparar que, ao mesmo tempo em que trovejem lágrimas sobre "a fúria" do imposto, as matérias de imprensa que tratam do caso falam demais de pouco sobre a iniquidade do salário.

O OURO DAS MEDALHAS. Preparemo-nos: as Olimpíadas de Barcelona serão aquelas em que, pela imprensa, se tentará construir uma apoteose do capitalismo. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial a imprensa pró-Occidente teve de conviver com a incômoda realidade do desempenho esportivo dos países socialistas, Cuba inclusive. O incômodo fato terminava sendo contrabalançado pelos "asilos políticos" solicitados ao Ocidente por atletas daqueles países - na verdade atraídos por polpudos contratos em oferta. Agora que a Guerra Fria acabou, ao invés destas fugas, ou das fugas de dissidentes políticos, o que se vê é a progressiva desilusão nos países ex-socialistas com a chegada do capitalismo real. Dentro desse quadro, resta saber como se construirá a retórica da vitória do capitalismo. Ela poderá assumir diferentes nuances de acordo com as seguintes variáveis: o número de medalhas dos Estados Unidos; o número de medalhas dos outros países capitalistas de grande expressão, em comparação com o dos países ex-socialistas; o número de medalhas dos países socialistas remanescentes - em especial, de Cuba.

FLÁVIO AGUIAR

O PT SABE GOVERNAR?

Santos: mil dias de governo popular, de David Capistrano Filho, é uma análise política dos principais momentos vividos pelo governo de Telma de Souza, desde a vitória nas eleições de 1988.

Em algum lugar do passado, de Celso Marcondes, relata e problematiza os 26 meses em que a administração municipal de Campinas carregou a marca do PT.

Estratégia: uma saída para a crise, uma co-edição com o Instituto Cajamar reúne um conjunto de ensaios sobre a estratégia da esquerda para os anos 90.



SCRITTA
Rua Dona Germaine Burchard, 286
05002 São Paulo SP

À VENDA NAS LIVRARIAS E DIRETÓRIOS DO PT ★ OU DIRETAMENTE NA EDITORA: TELEFONE (011) 262-1155

A CONEXÃO E

Os novos documentos que a CPI obteve, e mantém em sigilo, indicam que por trás de PC e de Collor está uma enorme rede de corrupção, montada pelas elites para impor o programa neoliberal.

Os integrantes da CPI do caso PC têm desde o último dia 21 um dever irrenunciável para com a sociedade brasileira. Eles precisam revelar o conteúdo de dois conjuntos de documentos, que receberam naquela data e na véspera, e que decidiram encerrar no cofre do Senado Federal, ao abrigo até mesmo dos parlamentares que não integram a Comissão. Há razões de sobra para supor que tais documentos contêm revelações gravíssimas, que envolvem todo o processo de aprovação das reformas econômicas conduzidas pelo governo Collor. Na origem de tal processo estariam práticas de corrupção e de crimes eleitorais diversos, envolvendo não apenas o presidente da República e seu tesoureiro mas também a nata da elite empresarial do país.

As novas provas surgiram quando se acirrou a disputa entre as frações das elites que querem preservar a qualquer custo o mandato de Collor e as que aceitam sacrificá-lo, se isso for melhor para manter o programa neoliberal. Mas só apareceram porque o desenvolvimento das investigações da própria CPI, e também da Polícia Federal, puseram por terra até mesmo os fantasiosos argumentos utilizados pelo presidente para esquivar-se das denúncias. Acuado, é bem provável que o próprio Collor tenha decidido tentar a salvação revelando fatos que comprometem os grandes grupos econômicos, e as forças políticas que giram em torno deles.

A punição do presidente, se esta hipótese estiver correta, estaria a partir de agora indissociavelmente ligada à punição de uma ampla rede de corruptores. Porque o *Esquema PC* e o *Esquema Collor* seriam na verdade a face externa de uma longa série de delitos praticados pelas classes dominantes para eleger no pleito 1990 um Congresso ainda mais conservador que o de 86, e para, nos momentos mais delicados, comprar o apoio dos parlamentares aos projetos neoliberais que tramitam no Legislativo.

ROTA DOS BILHÕES. A história começa na segunda semana de julho. Fortemente pressionado pelas denúncias do motorista Francisco Eriberto, arriscando-se a ser abandonado até mesmo pelos aliados no

PRESIDENTE TEM QUE SER DECENTE



FORA COLLOR

Congresso, o Palácio do Planalto parece ter adotado uma estratégia que se baseava em refazer sua base política de sustentação rearticulando em primeiro lugar o apoio dos grandes empresários.

Para tanto, agiu por dois caminhos distintos e complementares. O primeiro consistia em deixar que corresse livremente o inquérito conduzido pelo delegado Paulo Lacerda na Polícia Federal, para investigar o tráfico de influências praticado por Paulo César Farias através de sua empresa em São Paulo - a EPC.

Cerca de um mês antes, uma blitz da PF tinha estourado o escritório da EPC, no Brooklin, um bairro da capital paulista. Cerca de 600 notas fiscais haviam sido apreendidas, quase todas emitidas em nome de grandes empresas. A polícia passou então a inquirir os empresários, para que justificassem o fato.

Num primeiro momento, o Palácio do Planalto não exerceu a mais leve pressão para dificultar o trabalho da Polícia Federal; parecia, ao contrário, vê-lo com bom olhos. Livre para agir, o delegado Paulo Lacerda começou a colher dados de enorme relevância e gravidade. Constatou, primeiro, que alguns dos expoentes mais representativos do empresariado brasileiro haviam feito contribuições à *caixinha* bilionária que financiou a campanha de Collor. "Quem não contribuiu?", indagou com cinismo Antonio Ermírio de Moraes ao reconhecer a "ajuda" da Votorantin, o que por si só constitui crime eleitoral.

Norberto Oderbrecht, da Construtora que leva o mesmo nome, e Eduardo Borges de Andrade, da Andrade & Gutierrez fizeram declarações parecidas. Começaram, além disso, a surgir sinais de que o relacionamento dos grandes empresários com PC prosseguira após a posse de Collor. No começo, os interrogados procuraram justificar as despesas. Em 15 de julho, ao ser-lhe apresentada uma nota da EPC de valor equivalente a 1,7 milhões de dólares, em nome de sua construtora, Eduardo Andrade respondeu que se tratava do pagamento a serviços de consultoria prestados pela EPC. O cheque referia-se a "uma idéia de um negócio" que lhe fora apresentada pela empresa, chegou a argumentar.

OURO E POCILGA. Diligências paralelas conduzidas pelo delegado Paulo Lacerda desqualificaram por completo a explicação. Em 16 de julho ele revelou ter apurado que a serem verdadeiros os depoimentos dos empresários, a EPC estaria cobrando pela consultoria prestada honorários pelo menos dez vezes superiores aos das firmas mais conceituadas em seu ramo. O delegado concluiu então que as 600 notas fiscais que tinha em mãos haviam sido emitidas para justificar o pagamento de propinas a PC, em troca do tráfico de influências que ele promovia junto a múltiplos órgãos da administração federal. A situação das grandes empresas começava a se complicar.

O presidente Collor certamente se aproveitou disso, e da quase absoluta unidade programática que há entre seu governo e os maiores líderes empresariais, para buscar uma aproximação e sair do isolamento. No brevíssimo espaço de uma semana - entre 8 e 15 de julho - seu governo recebeu nada menos que quatro manifestações importantíssimas de solidariedade, patrocinadas por praticamente todos os segmentos das elites.

A primeira delas ocorreu em São Paulo, no próprio dia 8. Mil e quatrocentos empresários paulistas se confraternizaram no Clube Sírio e Libanês, num jantar em homenagem ao ministro Marcílio e às reformas econômicas conduzidas por ele.

Dois dias depois, quando Collor ocupou rede de rádio e TV para anunciar um acordo fictício com os credores externos (veja na página 10), todas as lide-



ranças empresariais correram a emprestar-lhe apoio verbal. Para o Planalto, no entanto, ainda não era o bastante.

Em 10 de julho, Collor recebeu, na ante-sala de seu gabinete, uma terceira manifestação favorável, dessa vez promovida pelos 34 líderes mais importantes das elites do Rio de Janeiro. Sentiu-se tão confortado que passou a atacar os adversários da maneira mais torpe. Discursou exortando os que o homenageavam "ao trabalho", qualificou como porcos os que investigavam possíveis atividades ilegais cometidas por ele mesmo, e pediu que fossem abandonados em suas "pocilgas".

Nem o grosseiro destempero do presidente impediu que no dia 15 ocorresse o quarto grande ato de solidariedade empresarial a ele, dessa vez a pretexto de apoiar o projeto de reforma fiscal que o governo remeterá ao Congresso.

Este último encontro, agora para café ca manhã na casa do senador Raimundo Lira (PFL-PB), superou de longe os anteriores em representatividade. Além dos líderes das três maiores confederações industriais do país (Mário Amato, da Fiesp, Albano Franco, da CNI e Luiz Carlos Mandelli, da Fiergs), compareceram em pessoa os presidentes dos maiores bancos (o Bradesco, Itaú e o Bamerindus), das multinacionais mais poderosas (Autolatina, Mercedes, GM, Fiat, Alcoa, Bayer, Siemens, Ciba e Souza Cruz entre outras), das redes varejistas mais prósperas (Pão de Açúcar, Sendas, Paes Mendonça).

O senador Raimundo Lyra explicou a idéia do encontro: "Se os empresários gostam da política do ministro Marcílio, já entenderam que é o presidente Collor quem lhe dá poder", afirmou. Mário Amato concordou: "Chegou a hora do Brasil ser solidário com as instituições e com o presidente, pois só assim vai pra frente", foram suas palavras. Collor demonstrava grande tranquilidade. O pseudo-acordo da dívida e os sucessivos sinais de apoio das elites pareciam afastar a crise.

CANTO DO CURIÓ. Fatos ocorridos em paralelo a estes voltariam, no entanto, a tirar-lhe o sossego. No congresso, a CPI levava adiante suas investigações. Mesmo treinadas a responder com "não sei" e "não me lembro" a todas as perguntas dos parlamentares, as secretárias de Collor e PC Farias, Ana Acioli,

IMPRESARIAL



Maria Vasconcelos e Rosinete Melanias, não foram capazes de desmentir os indícios cada vez mais fortes da ligação entre seus chefes. E em 17 de julho, o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) ameaçou usar os poderes que a CPI dispõe e prender o presidente do Banco Central, Francisco Gros, que descumpria sistematicamente a ordem de rastrear as contas bancárias de 34 pessoas físicas e jurídicas ligadas a PC Farias, para verificar se haviam feitos depósitos em favor de Collor.

Surgiram sinais de insatisfação também na Polícia Federal, contra uma mudança na atitude do governo, que ao aproximarem-se as investigações da figura do presidente parecia disposto a freá-las. Os sinais crescentes de envolvimento indesejável do Planalto tornaram-se tão fortes que em 16 de julho o presidente nacional do PMDB, Orestes Quércia foi novamente a Brasília, reuniu-se com os expoentes de seu partido na Câmara, no Senado e na CPI, e sinalizou que o senador Amir Laudo, peemedebista que é relator da Comissão, iria apontar em seu relatório final os sinais de envolvimento do presidente Collor no tráfico de influências promovido por PC.

O quadro turvou-se ainda mais dois dias depois, quando a revista **Veja** divulgou as denúncias do ex-deputado Sebastião Curió contra PC e Collor. Munição de gravações e cheques comprobatórios, Curió, que nos anos 70 foi um dos líderes da repressão à guerrilha do Araguaia, revelava uma nova faceta das atividades ilícitas promovidas pelo Palácio do Planalto.

Segundo suas denúncias, Collor havia determinado a PC que entregasse a ele próprio, Curió, uma expressiva soma para financiar a disputa por uma vaga na Câmara dos Deputados, nas eleições de 1990. O valor combinado entre PC e Curió, teria chegado a 120 mil dólares. O ex-deputado comprovava ainda - e este era certamente o aspecto mais original de suas revelações - que o dinheiro que lhe fora dado havia sido oferecido pelo presidente da multinacional Mercedes Benz, Luiz Adelar Scheuer, aparentemente em troca de seu compromisso de defender, como parlamentar, "os ideais da livre iniciativa".

VOLUMES EXPLOSIVOS. Diante de mais esta denúncia, a atitude do Executivo parece ter sofrido nova e impressionante flexão. No dia 20 o Banco Central

alterou por inteiro sua postura diante da CPI e entregou-lhe o rastreamento completo das contas bancárias sob investigação. Um dia depois, o senador Eduardo Suplicy conseguiu na Justiça Federal autorização para retirar cópia dos 5 volumes e mais de 1200 páginas, que compõem o inquérito realizado pelo delegado Paulo Lacerda sobre o envolvimento dos grandes empresários com PC Farias.

No dia 22 surgiram sinais muito fortes de que estes dois conjuntos de provas - o rastreamento das contas bancárias das pessoas envolvidas com PC e o inquérito da Polícia Federal - revelavam, em conjunto com as declarações de Curió, a existência de uma amplíssima rede de corrupção política, coordenada por PC, mas patrocinada pelos maiores grupos econômicos do país. Primeiro, porque segundo revelaram membros da CPI aos jornais o rastreamento das contas bancárias de Ana Acioli, secretária de Collor, evidenciaram a movimentação de valores muito mais elevados do que seria necessário para custear as despesas pessoais do presidente e a da Casa da Dinda. Falou-se em saques e depósitos que atingiram **1 milhão de dólares**, em um único dia.

Segundo, porque os depósitos haviam sido feitos não apenas por funcionários de PC usando nomes verdadeiros ou fictícios; apontavam também "o envolvimento de muitas pessoas físicas e jurídicas", conforme alertou o jornal "Gazeta Mercantil" em 22/07.

Terceiro, porque, segundo este mesmo jornal, "os papéis obtidos envolvendo diferentes empresas e seus dirigentes convergem para o ano de 1990, quando ocorreram eleições parlamentares, além do pleito para os governos estaduais".

Quarto, porque dias antes, um funcionário ligado ao empresário Norberto Oderbrecht fizera à revista **Isto é** revelações de sentido muito semelhantes. As notas fiscais frias encontradas na sede da EPC em São Paulo, dissera ele, relacionam-se não com tráfico de influência para liberação de verbas, mas com doações para as campanhas eleitorais. "Basta olhar as datas das faturas e ver a proximidade com as eleições para que se constate o óbvio, não só no nosso caso, mas de todas as empresas que estão sendo investigadas", dissera a fonte.

ÉTICA DO MERCADO. Visto com base nesses novos e impressionantes indícios, o caso PC parecia conduzir a hipóteses que lhe davam dimensões incomparavelmente mais ampla que as imaginadas até há pouco: 1. Pelas mãos de Paulo César Farias teriam circulado recursos destinados não apenas a promover seu enriquecimento pessoal ou o conforto do presidente em sua mansão, mas a eleição, no pleito de 1990, de um Congresso com franca hegemonia direitista, preparado para permitir a aprovação folgada das reformas liberais pretendidas por Collor e pelos empresários; 2. Numa ponta deste esquema estariam grandes empresários como Scheuer, Antonio Ermírio e Odebrecht; na outra, políticos como Curió. Sintomaticamente, PC Farias declarou há alguns meses, quando iniciavam as pressões contra si, que seria capaz de indicar o nome de "centenas" de parlamentares que havia ajudado a eleger em 1990; 3. Em determinados momentos, arrecadações suplementares podem ser servido para organizar **caixinhas** e comprar o voto de congressistas durante votações importantes para execução e projeto neoliberal.

Esta hipótese foi suscitada com todas as letras, em 09/07, pelo jornalista Jânio de Freitas, que disse basear-se em afirmações feitas por Antonio Ermírio, logo após seu depoimento à PF; 4. Ao relaxar por completo o controle sobre as investigações o presidente Collor estaria partindo para um lance de cinismo absoluto, indicando que sua queda poderá comprometer a nata da

OPINIÃO

RUMO AO IMPEACHMENT

A minha avaliação pessoal é que em face das mais recentes documentações recolhidas pela CPI junto ao Banco Central, que relacionam de maneira mais forte o presidente Collor e seus familiares ao esquema PC Farias, o processo do impeachment vai se tornando irreversível.

Toda a armadura que Collor havia montado nos últimos dias com o apoio empresarial, com a negociação do acordo da dívida, com seus ataques à forças de oposição, veio abaixo. O processo vai caminhando de forma pendular, inclinando-se cada vez mais para a possibilidade do impeachment.

São tão graves e crescentes as denúncias - envolvendo deputados, governadores, autoridades judiciárias - que mesmo as forças que dão sustentação a Collor no Congresso tendem a ficar cada vez mais incomodadas e se inclinam para uma solução que coloque um termo ao processo de investigação.

Mas o elemento fundamental para criar a situação do impeachment irreversível é a ativação da campanha popular. Até agora esta campanha não alcançou uma mobilização expressiva. Acredito, porém, que ela vai se acender no momento em que ficar configurado o impasse: o posicionamento da CPI registrando o envolvimento direto de Collor com os crimes praticados pelo PC e a resistência do presidente em renunciar.

LUÍS GUSHIKEN

elite empresarial do país, e cobrando desta a devida solidariedade. As declarações de certos expoentes direitistas têm recorrido a este mesmo cinismo: "Se os grandes jornais querem que o mercado prevaleça em todas as decisões, por que esperam que não predomine, no mercado político, a ética do mercado?", perguntou em 21/07 o colunista Luiz Alberto Bahia, na "Folha".

As primeiras reações da CPI aos documentos inéditos que recebeu denotam uma surpresa e um assombro que reforçam este conjunto de hipóteses. A decisão de restringir ao máximo o acesso aos materiais foi seguida por declarações tão pesadas como enigmáticas. "A coisa ficou preta", disse o deputado Ulysses Guimarães. "É possível que as provas balancem as instituições", considerou Aluísio Mercadante. O fato da própria Rosane Collor receber cheques nominais assinados por PC "é fichinha perto das outras informações que temos e não podemos revelar", declarou um terceiro parlamentar que pediu para que seu nome fosse mantido em sigilo. "Estávamos buscando lenha para assar o leitão; agora estamos correndo o risco de botar fogo na casa", resumiu o presidente da CPI, o pefelista Benito Gama.

É muito possível, de fato, que o presidente Collor, posto contra a parece, tenha optado por provocar um impasse institucional. Se assim for, no entanto, não restará aos membros da CPI comprometidos com o mandato que lhes foi conferido pela sociedade outra saída a não ser levar até o fim as investigações, apontar os nomes de todos os envolvidos e exigir a adoção de medidas rigorosas não apenas para puni-los, mas também para iniciar um combate contra os métodos usados pelas elites para manter instituições sob seu estrito controle.

Recuar agora desta tarefa indispensável seria permitir que a vida política e todas as forças que não pactuam com o encoberto dos fatos, mergulhem num poço de descrédito do qual seria muito difícil resgatá-las.

ANTONIO MARTINS



ACORDO FICTÍCIO

Em busca de apoio político, Collor anunciou na TV uma ficção; se concretizada, ela só beneficiará credores e grandes empresários.

Na longa história de infâmias relacionadas à dívida externa brasileira, só faltava essa. O presidente Collor ocupou uma rede nacional de rádio e TV, em 6 de julho, para anunciar em tom de franco ufanismo que o país acabara de firmar com os bancos credores um acordo "melhor que os obtidos por qualquer outro país"; e capaz de "levantar o fardo que desde 1982 pesava sobre o Brasil". Um dia depois, representantes das elites nos partidos e na imprensa aplaudiram com entusiasmo unânime o acerto. "É positivo e favorece o ministro Marcílio", disse o governador Fleury, de São Paulo. "É o melhor acordo possível", assegurou o economista Bresser Pereira, do PSDB. "Tende a exercer um impacto benéfico sobre as expectativas internas e externas, bem como sobre a abertura e privatização da economia", garantiu a **Folha de S. Paulo**, que posa de oposição. O tão festejado acordo, no entanto, rigorosamente *não existe*.

O presidente Collor só pôde fazer seu estrepitoso anúncio, explicou no último dia 20 o economista Paulo Nogueira Batista Jr., em palestra proferida na sede do governo paralelo coordenado por Lula, porque o comitê que reúne os principais bancos credores havia finalmente concordado, horas antes, em adotar uma prática que "foge a todos os procedimentos habituais". Para permitir que o presidente tentasse sair do isolamento em que o Caso PC o colocava, os bancos autorizaram seus representantes a assinar, junto com o ministro Marcílio Moreira, um "agreement in principle" - simples comunicado interno que explicita a disposição das partes em chegar no futuro a um entendimento, e que precisamente por isso não será submetido ainda ao Senado Federal.

O PREÇO DA ENCENAÇÃO. Este tipo de teatro custará caro, porém. Para Batista Jr., apontado por economistas de todas as tendências como um dos maiores conhecedores da dívida brasileira, o acordo que o anúncio-fantasma permite vislumbrar é típico de um governo sem respaldo interno, e por isso incapaz de resistir às pressões dos credores. Não traz qualquer novidade em relação aos demais compromissos fechados no âmbito do Plano Brady; obrigará o país a oferecer parte substancial de suas reservas internacionais como garantias aos credores; e é nitidamente inferior aos compromissos firmados, por exemplo, pelo pró-



Possivelmente eles estão rindo de todos nós...

prio governo Menem, da Argentina.

Os negociadores brasileiros permanecem em Nova York, para prosseguir nos entendimentos. O acordo buscado por eles e pelos credores equivale em essência a uma troca dos títulos da dívida antiga, reconhecidamente impagável, por papéis novos. Na permuta, o devedor recebe um pequeno desconto. Em contrapartida, os credores, que já haviam perdido as esperanças de receber a maior parte da fatura, exigem garantias concretas de que os compromissos serão rigorosamente saldados.

QUEIMANDO RESERVAS. Aqui começam os grandes problemas. As garantias iniciais oferecidas pelo governo brasileiro, segundo o comunicado que veio à luz dia 6, equivalem a 3,2 bilhões de dólares. Chegou-se a esta soma nas últimas semanas, após um sintomático recuo da delegação nacional, que até então oferecia apenas US\$ 2 bi. E ao contrário do que ocorreu nos casos do México, da Venezuela e da maior parte dos países do terceiro mundo, o FMI e o Banco Mundial não assumiram o compromisso de financiar tais garantias. "É bem possível", advertiu Batista Jr., "que o país tenha de comprometer parte de suas próprias reservas internacionais, para oferecê-las".

Em seu discurso entusiasmado, o presidente Collor anunciou que o desconto aceito pelos credores ao montante da dívida chegaria aos 35%. A afirmação não corresponde à verdade, continua o economista. O percentual equivale apenas à redução máxima prevista no comunicado. O desconto médio, calcula ele, não deverá passar dos 17%. Primeiro, porque o Brasil oferece seis novas opções de títulos aos bancos

O MILAGRE DA MULTIPLICAÇÃO DA DÍVIDA

Estas são as revelações das Tábuas da Dívida do Terceiro Mundo compiladas pelo Banco Mundial. Não pode haver nada mais verdadeiro do que as Tábuas, pois está escrito que o Banco Mundial é o único depositário do Sistema Universal de Registro dos empréstimos contraídos por cada país do Terceiro Mundo, a ele fielmente reportados, empréstimo por empréstimo, pagamento por pagamento, do juro e do principal. São 193 páginas no Livro Primeiro e 482 páginas no Livro Segundo. São 114 países do Terceiro Mundo. Suas dívidas somavam 668 bilhões de dólares em 1980, quando começou a grande Crise da Dívida. E passaram-se onze anos, durante os quais esses países pagaram 605 bilhões de dólares de juros dessa dívida, e ao invés de a verem liquidada, ela cresceu e multiplicou e soma hoje 1 trilhão e mais 281 bilhões de dólares.

E está escrito, no Livro Primeiro das Tábuas, que esta dívida é igual a um terço de tudo o que homens e mulheres e velhos e crianças desses países conseguem produzir durante um ano de trabalho, e que os juros dessa dívida consomem 60 bilhões de dólares por ano, do Terceiro Mundo, um quinto de todos os dólares que conseguem com suas exportações, sendo portanto maior do que o dízimo que pagavam nossos antepassados.

De todos os continentes é a América Latina a mais tributada, pagando juros anuais de 40 bilhões de dólares, mesmo tendo pago 296 bilhões de dólares de juros desde 1981, mais do que o valor da sua dívida, que era de 242 bilhões. A própria dívida duplicou e soma hoje 429 bilhões de dólares.

E ali está escrito que é o Brasil o país maior devedor, com uma dívida que triplicou, de 40 bilhões para 118 bilhões de dólares norte-americanos, mesmo depois de terem sido pagos exatamente 112 bilhões de juros.

E ali se revela que as potências centrais perdoaram metade das dívidas do Egito e da Polônia, como sinal de sua clemência e em retribuição a favores políticos. Mas que para o resto do Terceiro Mundo nada mudou e nada mudará, e que nenhuma diferença farão os acordos de reestruturação da dívida pelo Plano Brady, já que o pequeno desconto sobre o principal devido permitirá que continuem esses países a servir suas dívidas, pois do contrário não o conseguiriam. E que tanto o valor absoluto da dívida como seu valor relativo ao trabalho dos homens e mulheres do Terceiro Mundo e ao valor do que conseguirão exportar continuarão substancialmente os mesmos. Porque assim está escrito e assim o desejam as potências centrais. (1)

BERNARDO KUCINSKI, LONDRES, 13 DE JULHO DE 1991.

(1) WORLD DEBT TABLES, 1991-1992. EXTERNA, DEBT OF DEVELOPING COUNTRIES. 2 VOLUMES. VOLUME 1: ANALYSIS AND SUMMARY TABLES. VOLUME 2: COUNTRY TABLES. THE WORLD BANK, WASHINGTON, DC., DECEMBER 1991.

DAS TABUAS DA DÍVIDA DO TERCEIRO MUNDO

DÍVIDA EM 1980	573
TOTAL DE JUROS PAGOS (1981-91)	605
DÍVIDA EM 1991	1.281
DÍVIDA DO BRASIL EM 1980	40
TOTAL DE JUROS PAGOS (1980-91)	112
DÍVIDA EM 1991	118
DÍVIDA DA AMÉRICA LATINA E CARIBE EM 1980	242
JUROS PAGOS (1981-90)	296
DÍVIDA EM 1991	429

credores, e nem todos optarão por aquele que embute maior redução. Segundo, porque o comprometimento de parte das reservas tem também um custo financeiro, que precisa ser computado no cálculo final do desconto.

Os resultados de condições tão desfavoráveis, considera Batista Jr., chegam a ser insólitos. A conjuntura econômica internacional tem sido marcada, nos últimos meses, por uma forte redução nas taxas de juros - em especial nos Estados Unidos, onde está registrada quase toda a dívida brasileira. Ao pôr fim à situação de moratória parcial em que o país se encontra até hoje, no entanto, o protocolo que deverá ser firmado nas próximas semanas elevará a remessa de juros aos credores dos atuais 700 milhões de dólares para cerca de US\$ 3 bi, em 93. A cifra refere-se apenas aos juros relativos à parcela da dívida que está sendo reescalada - cerca de 56 bilhões de dólares, ou metade do total de débitos do país.

ALEGRIA DAS ELITES. Os líderes empresariais brasileiros saudaram em uníssono o anúncio de Collor. Dois dias antes de viajar a Nova York para encenar a assinatura do "acordo", aliás, o ministro Marcílio recebera em São Paulo o apoio de 1.200 empresários, num jantar de cuja articulação participaram desde a Fiesp até o chamado PNBE, que também posa de oposição. Certas considerações feitas por Batista Jr. no debate promovido pelo governo paralelo ajudam a explicar o fenômeno, que às vezes deixa perplexos certos setores da esquerda. Ao longo da década de 80, mostrou ele, as elites do terceiro mundo se solidarizaram com a posição dos credores, porque descobriram meios de transferir para suas populações o custo do pagamento da dívida.

No início dos anos 90, este paradoxo se aprofundou. As políticas de ajuste recomendadas pelo FMI permitem que os empresários ganhem com a recessão. As projeções de Batista Jr. revelam que graças à política de juros estratosféricos o Estado brasileiro irá transferir às empresas privadas, apenas em 1992, de 15 a 20 bilhões de dólares - o dobro do que remeterá aos próprios credores externos. A mesma política que leva o setor público ao enclacramento financeiro e condena os trabalhadores à miséria serve, portanto, para preservar os lucros, mesmos nos amargos tempos do *collera*.

ANTONIO MARTINS.

Doente mental vira cidadão

Prefeitura paulistana gasta menos e atende mais doentes mentais do que o estado

Casa com paredes bem pintadas, salas para terapia em grupo, atividades culturais, piscina. Fisicamente, o Hospital-Dia (HD) de Ermelino Matarazzo, na zona leste da cidade de São Paulo, lembra muito pouco o ambiente tradicional de um hospital e menos ainda um hospício. Apenas uma sala de enfermaria com uma maca, localizada nos fundos da casa, dá um toque hospitalar ao HD.

Antes de iniciar seu tratamento em junho no Hospital-Dia de Ermelino Matarazzo, C.K. esteve internada em 1991 por quatro meses em um hospício da zona norte da capital paulistana, a Casa de Saúde de Santana. "Lá a guarda que tomava conta do pátio xingava a gente, o banheiro era sujo e o único médico-psiquiatra atendia cada paciente em menos de um minuto."

-Que remédio vocês estão me dando? -pergunta C.K. a Dona Bené, uma senhora de uns 50 anos que todo dia dava os comprimidos (psicotrópicos) aos pacientes.

-Vocês não tem que saber de nada. Vocês são tudo loucos - respondia dona Bené.

Nesse hospício da zona norte, 300 pacientes disputavam das 11 às 12 horas um único chuveiro. "Aqui no HD me acalmei. Os pratos são bem lavados, os banheiros limpos. A gente recebe atenção e carinho, as pessoas nos chamam para conversar." O sonho de C.K., uma paranaense de 38 anos, descendente de poloneses e austríacos, é buscar seus três filhos em Fortaleza, no final de outubro. Ela já tem uma

idéia do que fazer profissionalmente quando sair do HD. "Sei costurar enxovais de cama e mesa. A colcha, por exemplo, pode ser ornamentada com flores de cetim e renda inglesa. Fica muito bonito, também, enfeitar capas de botijão de gás e liquidificador com moranginhos de feltro."

ALTERNATIVA. Atividades como passeios, oficinas de cozinha, barro e origami, jornal mural, pintura, esporte e shows, fazem parte do cotidiano dos doze hospitais-dia que a Prefeitura de São Paulo implantou desde 1990. "Somos uma retaguarda do posto de saúde, onde as pessoas com sintomas psicóticos ou neuróticos graves têm uma consulta semanal. Quando a pessoa entra numa situação de crise, o posto encaminha ao HD, que acolhe o paciente de segunda a sexta-feira, durante o dia", explica a psicóloga Marisa Faffermann, coordenadora do HD de Ermelino Matarazzo.

A idéia do HD é colocar-se como alternativa às internações prolongadas em regime fechado. O trabalho com as famílias é fundamental. Elas participam de uma assembléia semanal e relatam seu dia-a-dia a equipes formadas por um psiquiatra e um profissional não-médico (psicólogo, terapeuta ocupacional ou assistente social).

O doente mental que se consulta nos postos de saúde ou que sai do HD é encaminhado para o Centro de Convivência e Cooperativa, instalado num conjunto esportivo ou em parque municipal. Nos centros, os "loucos", junto com crianças, idosos, desempregados,

aposentados, donas-de-casa e portadores de deficiência, podem participar de oficinas de dança, esporte e atividades culturais. Além disso, em regime cooperativo fazem trabalhos manuais. Um exemplo é a pintura de panos de pratos no centro do Parque Guarapiranga, na zona sul. O lucro obtido na venda do material é repartido igualmente entre os membros da cooperativa.

O QUE FALTA. A implantação da rede alternativa de saúde mental enfrenta atualmente a falta de profissionais em vários equipamentos. No Hospital Arthur Saboya, zona sul, por

exemplo, faltam plantonistas na emergência psiquiátrica. Sexta-feira passada, dia 17, um paciente do Hospital-Dia do Jabaquara entrou numa crise mais aguda, necessitando de observação. A equipe do HD precisou ficar com o paciente após às 20 horas, horário do fechamento do serviço, devido à ausência de plantonistas no Arthur Saboya.

Outro problema é a insuficiência de enfermarias psiquiátricas nos hospitais gerais. Para a cidade de São Paulo, a OMS recomenda a existência de 220 leitos nas enfermarias psiquiátricas. Foram criadas desde 1990 três dessas enfermari-

ALTERNATIVA ECONÔMICA

A Prefeitura de São Paulo está gastando desde 1990 uma média anual de Cr\$ 24 bilhões para montar uma rede alternativa de saúde mental. Tendo como alvo o fim dos manicômios e a reintegração do "louco" ao convívio social, a Prefeitura ampliou de 48 para 129 o número de postos com serviços de saúde mental, elevou de 3 para 13 as emergências psiquiátricas, e implantou 3 enfermarias psiquiátricas, 12 hospitais-dia e 14 centros de convivência e cooperativa.

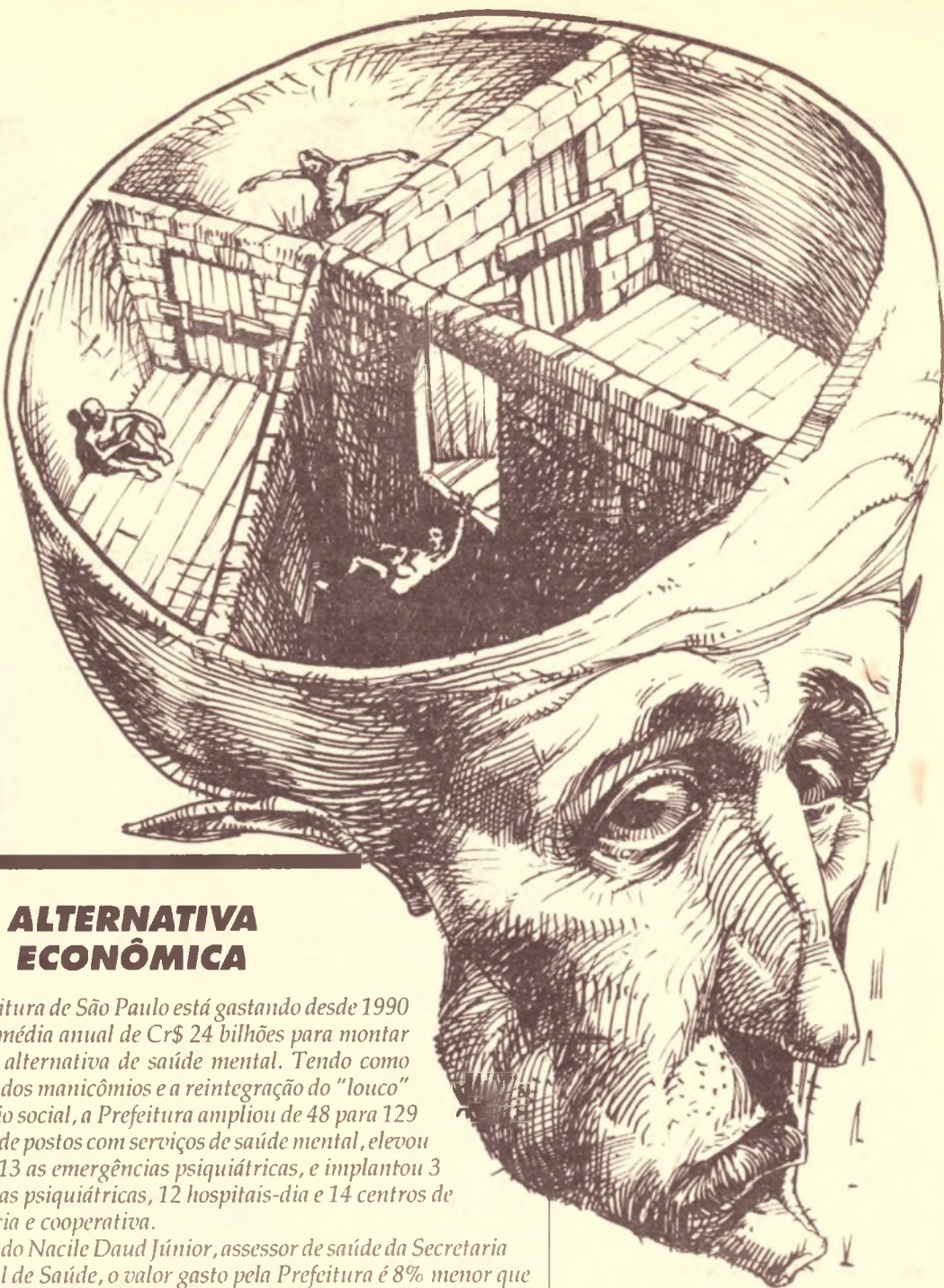
Segundo Nacile Daud Júnior, assessor de saúde da Secretaria Municipal de Saúde, o valor gasto pela Prefeitura é 8% menor que os cerca de Cr\$ 26 bilhões aplicados anualmente pelo governo do estado de São Paulo na manutenção de 14 hospícios na capital paulistana (11 particulares e 3 estaduais). A rede alternativa, segundo Daud Júnior, deve atender este ano aproximadamente 255 mil pessoas. Um número bem maior que os cerca de 18 mil pacientes anuais, nos 14 hospitais psiquiátricos da capital.

Atualmente, 54% dos leitos dos manicômios brasileiros são ocupados por pacientes que estão há mais de cinco anos internados. 70% dos leitos são ocupados por internos há mais de um ano. No estado, existem aproximadamente 34 mil leitos psiquiátricos públicos ou privados. É uma quantidade duas vezes maior que o número aceitável pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

as, somando 39 leitos. Até o final do ano, a Prefeitura deve criar mais três enfermarias psiquiátricas, totalizando 73 leitos. É na enfermaria que fica o paciente por um período médio de 15 dias, após a passagem pela emergência psiquiátrica. O equipamento é uma forma de impedir o isolamento do doente mental.

"A criação das enfermarias psiquiátricas é o lado mais complicado da política de saúde mental humanizante. Só implantamos esse equipamento quando o hospital geral se readequa para receber o doente mental", diz o assessor da Secretaria Municipal de Saúde, Nacile Daud Júnior. Para implantar a enfermaria, o hospital geral precisa ter um número de salas de enfermaria igual ao das salas de atividades como psicoterapia, festas, terapia ocupacional e reuniões com as famílias. "É preciso acabar com o poder absoluto do médico e o autoritarismo presente normalmente nos hospitais gerais", dispara Daud Júnior.

ALBERTO PEREIRA



Por que eu assino Brasil Agora?



Brasil Agora é um jornal de gente nova, com a sua cara! Tem propostas para divulgar o que é barrado pela "grande" imprensa.

Adão Preto
Deputado Federal PT/RS

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado a **EDITORA BRASIL AGORA LTDA.** - Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Brasil Fones (011) 220.7198, 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME _____
END. _____
Nº _____ APTO _____
MUNICÍPIO _____
FONE _____ UF _____ CEP _____
PROFISSÃO _____

Assinatura 12 edições Cr\$ 50.000,00
 Assinatura para o exterior US\$ 30,00 (semestral)
 Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 105.000,00
 Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 160.000,00



BRASIL AGORA

Assine você também

PIMENTA SEM REFRESCO

MILIONÁRIOS. Com a renúncia de Ross Perot, vai para o bueiro dos tempos mais um milionário que tenta aproveitar-se do desgaste da democracia formal, apresentando-se como candidato "não político" e exibindo a título de currículo um recheado extrato bancário. Perot segue o caminho do nada político, o mesmo que já trilhou o milionário polonês Stanislaw Timinsky, derrotado por Lech Walesa na disputa pela presidência da Polônia (falando nisso, lembrem-se de Antonio Ermírio?).

MILIONÁRIOS 2. Acostumados a dar ordens com o valor de verdades absolutas, esses milionários entendidos com frequência descuidam da boca e soltam bobagens que fazem o delírio da imprensa. Perot admitiu que freqüentava um clube no Texas onde negros e judeus não podem entrar. "Lá em Dallas isso é normal", sapecou. O eleitorado não gostou. Timinsky já dissera que o problema da Polônia "são os judeus" (cinco mil em todo o país). O próximo milionário candidato a ectoplasma político é Milan Panic, o novo presidente da "Iugoslávia", o aborto da antiga federação, que reúne as repúblicas da Sérvia e Montenegro.

ARGENTINA. Pouco se fala por aí sobre a grave crise política do governo Carlos Menem. A "PC" do rapaz das grossas costeletas atende pelo nome de Amira Yoma, é sua ex-cunhada e ex-encarregada da agenda presidencial. Além de ter cobrado entre 5 e 10 mil dólares para arranjar uma entrevista com Sua Excelência, Amira vem sendo processada por lavagem de narcodólares. Seu sócio e ex-namorado é o narco sírio Monzer al-Kassar, suspeito de ser um agente duplo da Síria e da CIA, e de planejar a explosão de um Jumbo sobre a Escócia, que matou 270 pessoas em 1987. As investigações sobre Amira Yoma estão cada vez mais próximas de Menem. Qualquer semelhança...

HAVEL. Enquanto isso, sai de cena o dramaturgo Vaclav Havel, ex-presidente da Tchéco-Eslováquia, em fase de liquidação. Havel foi o líder da pacífica "Revolução de Veludo", que destruiu o stalinismo em seu país. O problema é que o veludo da Tchéco-Eslováquia foi substituído por materiais muito mais combustíveis...

JAYME BRENER



ESTADOS UNIDOS

Bush chora na rampa

A saída de Ross Perot e a recessão favorecem os democratas. Mas Clinton apresenta um programa conservador.

O presidente George Bush tem um incômodo iceberg à frente, na luta pela reeleição nos EUA. Não se trata do candidato democrata do páreo. O fantasma nos sonhos de Bush atende pelo nome de índice de desemprego e taxa de juros. As estatísticas revelam que quase dez milhões de norte-americanos estão sem trabalho, enquanto o Banco Central alemão eleva sua taxa de juros para 8,75% anuais, puxando atrás de si toda a Europa Ocidental, Bush apostou suas fichas na redução dos juros bancários (3% anuais hoje em dia, contra 7% em 1990), como forma de empurrar o país para fora da recessão. E os juros alemães podem sugar dos EUA recursos fundamentais para sua recuperação econômica.

Os indicadores sombrios fazem prever novas explosões de violência popular, como as ocorridas em Los Angeles e Nova York nos últimos meses. Os problemas domésticos são o grande calo no sapato de Bush, que parecia firmar-se imperador do mundo, após o *harakiri* da URSS e a vitória norte-americana na Guerra do Golfo.

DEMOCRATAS. Enquanto as estrelas e listras de Bush parecem desbotar, tudo são flores para o democrata Clinton. Ele beneficiou-se dos vários meses de disputa entre Bush e Perot, pela liderança nas pesquisas. Perot atraiu muitos eleitores descontentes, que não estavam

dispostos a votar em outubro. E Clinton aparece como herdeiro da maioria desses votos. A troca de farpas Bush-Perot deu a Clinton o tempo necessário para costurar o apoio de vários caciques democratas, como o governador de Nova York, Mario Cuomo, além dos poderosos *lobbies* das comunidades negra, hispânica, judaica e das mulheres. Esse respi-

admitiu ter fumado maconha, "mas sem tragar" (acredite, se quiser). São todos temas explosivos, que já derrubaram muitos candidatos presidenciais

Bush e incapaz de dizer duas palavras sem pronunciar quatro besteiras. Aos 45 anos, Clinton tenta reeditar a campanha vitoriosa do democrata John Kennedy, vinculando sua juventude à "necessidade de mudança", de forma que o quase septuagenário Bush apareça como "exemplo do que aí está".

O ponto central do programa Clinton/Gore é um verdadeiro Plano Marshall; investimentos estatais de US\$ 50 bilhões ao ano para criar novos empregos e retrainar a mão-de-obra, em busca da produtividade perdida para a Europa Ocidental e o Japão, tudo sustentado com impostos maiores sobre as grandes fortunas.

De resto, o programa democrata é suficientemente conservador para convencer a maioria conservadora do eleitorado (menos de 45% dos norte-americanos com direito a voto). Um programa tão conservador, que a influente revista *Newsweek* comentou a possibilidade de Clinton, eleito, tornar-se o Richard Nixon dos democratas. Só o ultra-conservador Nixon tinha as credenciais anticomunistas para reatar relações diplomáticas com a China. Segundo a revista, talvez só Clinton tenha as credenciais democratas para realizar um amplo corte nos gastos públicos (inclusive os gastos sociais) e aplicar nos EUA a receita-padrão de estabilidade do FMI, coisa que nem Bush fez.

JAYME BRENER



ro garantiu a Clinton inclusive a sobrevivência diante de acusações morais "sérias". Uma obscura atriz, Gennifer Flowers, jurou ter mantido um caso de doze anos com o candidato. Houve suspeitas de que Clinton driblou o alistamento militar, durante a Guerra do Vietnã. E o próprio candidato, ex-governador de Arkansas,

nos EUA. Mas a crise econômica interna manteve as chances da chapa democrata.

VERDE. Clinton também saiu na frente na escolha de seu vice, o senador Albert Gore, ativo membro dos *lobbies* pró-ecologia e pró-Israel. O dinâmico Gore contrasta com o patético pateta Dan Quayle, vice de

ISRAEL

"Juventude quer solução radical"

Ministra ligada à coalizão pacifista Meretz incomoda partidos religiosos

B oa parte da juventude israelense dividiu-se entre os pacifistas e a extrema-direita nas eleições do dia 23, porque as duas forças propõem soluções radicais para a questão palestina e ninguém agüenta mais fazer o serviço militar nos territórios ocupados". A afirmação é da carioca Lia Strauch, ex-vereadora na cidade israelense de Kirial Ono, e que vai disputar a candidatura da coalizão pacifista Meretz à prefeitura. Segundo ela "enquanto Meretz propõe o fim da colonização judaica em Gaza e Cisjordânia, com setores defendendo inclusive um Estado

palestino independente, o partido de extrema-direita *Tsomet* é favorável à pura e simples anexação dos territórios", que Israel ocupa desde 1967.

O Meretz elegeu 12 dos 120 deputados ao Knesset (Parlamento), e o *Tsomet* conquistou oito cadeiras. O novo gabinete compõe-se do Partido Trabalhista (45 cadeiras), o Meretz e o partido religioso *Shas* (seis deputados), contando com o apoio extra-governo de cinco representantes de partidos de esquerda.

NOVIDADE. Lia Strauch afirmou ao Brasil Agora que "sem

dúvida, o novo governo representa um passo importante rumo ao desbloqueio das negociações de paz. Mas as últimas eleições apresentaram outras negociações: pela primeira vez desde a criação de Israel, em 1948, o Ministério da Educação não será ocupado por um religioso ortodoxo. A nova ministra é Shulamit Aloni, do Meretz, uma veterana lutadora pela separação entre Estado e religião". "A escolha de Shulamit é um golpe nos partidos religiosos, que sempre aproveitaram sua situação de fiel da balança entre os trabalhistas e os conservadores do Likud

para obter enormes fundos destinados a suas escolas religiosas, além da isenção dos jovens ortodoxos ao serviço militar, que consiste em três anos obrigatórios para qualquer rapaz", diz.

"A presença de uma não-religiosa no Ministério da Educação está gerando uma verdadeira rebelião entre os ortodoxos. Da mesma forma que o desespero diante do congelamento parcial da colonização judaica na Cisjordânia e Gaza, pode levar a extrema-direita a optar pelo terrorismo", conclui Lia Strauch.

MÁRCIO KUHN

Miséria a la Chamorro

Em dois anos de governo, Doña Violeta provocou mais estragos do que 40 anos de ditadura e oito de guerra contra os EUA.

A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), vanguarda da insurreição armada de 1979 que no próximo dia 19 de julho comemora seu 13º aniversário, passou por uma profunda reformulação, após sua transformação em oposição civil ao regime que lhe impôs uma surpreendente derrota eleitoral em fevereiro de 1990. Há treze anos caía a ditadura de Anastácio Somoza, uma das mais sangrentas de nossa América Latina, iniciando-se então profundas transformações na vida dos nicaraguenses. Entretanto, o desgaste provocado por uma guerra de oito anos financiada pelos EUA e o recuo nas transformações estruturais da sociedade descharacterizaram o modelo de transição ao socialismo, abrindo caminho para a vitória da contra-revolução nas urnas.

Os eleitores dividiram-se entre a defesa das conquistas revolucionárias alcançadas nos dez anos do governo sandinista, muitas das quais perduram até hoje, e a promessa de paz e reconstrução econômica apresentada por Violeta Chamorro, mas ao final acabaram dando a vez a Doña Violeta, como é popularmente conhecida. Embora procurasse imprimir a si própria uma imagem anti-somosista, a candidatura Chamorro aglutinou destacados membros do antigo regime, responsável pela morte de seu marido, o prestigiado jornalista Pedro Joaquín Chamorro.

ESTRAGOS. Dois anos depois de sua posse, a vida na Nicarágua não se mostra nada animadora, apesar do otimismo da propaganda oficial. Em recen-

te visita ao Brasil, Chamorro frisou seus "sucessos" na área econômica: eliminação total da inflação, saneamento das finanças públicas e renegociação da dívida externa em termos bastantes "vantajosos".

Realmente, Chamorro venceu a hiperinflação que, de uma marca de 30.000%, em 1988, desabou para modestas taxas mensais inferiores a 1%. Também é verdade que o déficit financeiro do governo foi eliminado. Violeta apenas não mencionou o custo social de seu programa. Os cortes nos gastos do governo levaram a saúde pública a um colapso de tal ordem que já reapareceram epidemias antes erradicadas pelo governo sandinista, como a pólio, o sarampo e a difteria. O fim do subsídio aos pequenos e médios produtores acarretou uma queda de 6% no PIB do setor agropecuário em 1991.

O nível de desemprego simplesmente duplicou em relação ao existente na ditadura Somoza, chegando a 58% em 1991. A miséria também bateu um triste recorde: 70% dos nicaraguenses vivem hoje abaixo da linha de pobreza, enquanto que há apenas cinco anos este índice era inferior a 50%.

Assim, dois anos de governo Chamorro já fizeram mais estragos no país do que qua-



Ela prometeu a paz. Mas trouxe mais miséria.

renta anos de ditadura e oito anos de enfrentamento militar contra os EUA. Os nicaraguenses agora se deparam com um inimigo ainda maior do que aqueles enfrentados anteriormente: a política neoliberal do atual governo, que silenciosamente os condena à fome, ao desemprego e à morte.

A renegociação da dívida externa também esconde um enorme engodo. A Nicarágua era credora dos EUA. De acordo com sentença determinada pela Corte Internacional de Haia, órgão da ONU, o governo norte-americano foi responsabilizado pelos danos causados desde a operação militar da CIA no Porto de Corinto em 1984, ficando obrigado a pagar uma indenização de US\$ 17 bilhões. Reagan e Bush deram o calote e ainda por cima não reconheceram a competência de Haia para julgar o caso. Mas Chamorro resolveu a pendência de forma bastante "educa-

da". Perdoou a dívida, em troca de um empréstimo de US\$ 800 milhões. Em suma: Violeta abriu mão de US\$ 17 bilhões - e da soberania do país - em troca de uma ninharia que vai utilizar para dar continuidade a um plano de fome e para pagar parte de uma dívida que no total chega a menos de US\$ 10 bilhões.

RETOMADA. A

reação dos trabalhadores não se fez esperar. Já em maio e julho de 1990, organizaram as duas maiores greves gerais que já se viram no país, obrigando Chamorro a recuar em alguns pontos de seu primeiro plano econômico. A principal reivindicação foi a privatização de empresas agropecuárias e industriais em favor dos coletivos de trabalhadores que nelas trabalham. O governo cedeu parcialmente a essa privatização "heterodoxa", atraindo para si a ira dos setores mais radicais da ONU.

Chamorro se viu pressionada entre uma forte mobilização social e o revanchismo da ultradireita. Em busca da governabilidade, acabou se aproximando da Direção Nacional da FSLN, com a qual já havia costurado um polêmico acordo de transição política. Humberto Ortega, irmão do ex-presidente, continuaria à frente das forças armadas do país e Violeta respeitaria as reformas

agrária e urbana implementadas pelo governo anterior.

Na prática o acordo de transição e as negociações posteriores às greves de 1990 acabaram se mostrando bastante vantajosos para a política adotada por Chamorro, mas muito perniciosos aos interesses populares. A cúpula da FSLN incorporou o espírito conciliador dos documentos assinados, embora o próprio governo venha se notabilizando por descumprir os sistematicamente. Os sindicalistas sandinistas, muito a contragosto, foram levados a assimilar a idéia de "trégua social", com a orientação dos comandantes da Revolução. Já se tornaram públicas e notórias as divergências entre sindicalistas e alguns deputados, todos da FSLN. Enquanto alguns advogam abertamente pela necessidade de assumir o "co-governo" com Chamorro, em defesa de supostos "interesses nacionais", outros se recusam a renovar qualquer trégua ao plano econômico.

As rápidas e surpreendentes mudanças na conjuntura nicaraguense pós-eleitoral revelaram uma das principais conquistas da revolução sandinista: a capacidade de auto-organização e de iniciativa própria dos trabalhadores. Em um momento marcado pela ação arrasadora do neo liberalismo, a combatividade é elemento de primordial importância, ainda que para mantê-la seja necessário vencer resistências no seio da própria FSLN, a maior organização política da Nicarágua mesmo depois de sua derrota nas urnas.

JOÃO PEDRO RICALDES

ALEMANHA

Lutando contra um novo muro

O movimento de aglutinação política dos ozzies abre um novo capítulo na história alemã

Convocado inicialmente pelo presidente do PDS (Partido do Socialismo Democrático, formado por ex-comunistas), G. Gysi, e pelo ex-presidente do CDU (União Democrática Cristã, direitista) do estado de Brandemburgo, M. Diestel, o manifesto de fundação dos "Comitês por Justiça" contou com a adesão de 59 personalidades da vida política, cultural, da imprensa e das igrejas.

Com objetivos programáticos pouco claros, e abertos a participação independente de critérios políticos ou ideológicos, os Comitês estão dispostos a disputar as eleições de 1991. Eles já teriam, segundo algumas pesquisas, 30% das intenções de voto dos alemães ex-orientais (ozzies)

MOTIVOS. Desemprego em massa, aumento de aluguéis e

preços, fechamento de creches, levaram a uma grande frustração com os resultados da unificação e desfizeram os sonhos de uma rápida elevação do nível de vida. Essa difícil situação econômica é o resultado da quebra quase total do sistema produtivo após a unificação monetária.

Com a introdução do marco ocidental, a indústria local não pode competir com os produtos ocidentais, em geral melhores e mais baratos, e simultaneamente perdeu as exportações para o leste europeu. Falências e desemprego em massa vieram a seguir. O programa de privatização, apesar das condições excepcionais oferecidas aos investidores, avança com grande dificuldade.

A reintrodução da propriedade privada e a conseqüente devolução de imóveis e empre-

sas aos antigos donos levou a uma caótica situação jurídica das propriedades, dificultando e inibindo investimentos geradores de empregos.

CUSTOS. Para melhorar a infraestrutura, e atrair investimentos, o governo federal já gastou, em menos de três anos, mais de 200 bilhões de dólares. Isso em uma área equivalente ao estado de São Paulo, e com 16 milhões de habitantes.

Esses gastos, que continuarão no mesmo ritmo ainda por alguns anos, levaram a um aumento dos impostos, déficit público, aumento de juros e pressões inflacionárias que comprometem a estabilidade do marco. resultado: grande desgaste para o governo de H. Kohl, que prometeu uma rápida transição para o paraíso de consumo aos alemães orientais,

sem aumentar os impostos dos ocidentais.

Os "Comitês por Justiça" pretendem captar as frustrações, o sentimento de cidadãos de segunda classe que são tratados como colônia pelo governo de Bonn, e transformá-los em força político-eleitoral.

ADEUS ÀS ARMAS. Após 22 anos de atentados e ações armadas, a Fração do Exército Vermelho (RAF), grupo de guerrilha urbana alemão, comunica o fim da luta armada. Pretendem agora realizar uma discussão "aberta sobre novas bases e orientações, nas quais novos pensamentos e idéias do processo revolucionário possam desenvolver-se".

A última ação da RAF foi o assassinato, em março de 1991, do chefe da Treuhandanstalt,

empresa responsável pelas privatizações na ex-Alemanha Oriental. Eles reconhecem agora que com essa ação chegaram a um "limite" e que "no fim de 1989, com a anexação da RDA pela Alemanha Ocidental, estava colocado sobre a mesa que a fase histórica que iniciou com a revolução de outubro ia se acabando a passos largos.

Procurando um novo começo e contatos com a base, eles pretendem agora discutir questões como a falta de moradias, preservação do meio ambiente e condições de trabalho, pois reconhecem que erraram ao não procurar "objetivos positivos e imediatos" e, em conseqüência, "uma alternativa social que aqui e agora já pudesse começar a existir".

CARLOS SANTOS,
de Berlin

CANDOTTI PEDE...

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência junta-se ao movimento de repúdio aos desmandos que caracterizam o governo Collor. As sucessivas denúncias vindas das mais diversas direções configuram um quadro de total perda de autoridade moral do presidente. A mudança do ministério e as tentativas de esclarecimentos e desmentido não enfraquecem os indícios e, agora, as evidências de que o presidente tenha responsabilidade direta em irregularidade, ilícitos e abusos de poder.

A opinião pública perdeu a confiança nos atos e políticas do governo. Urge a superação da ingovernabilidade, produzida pela desmoralização. É necessária a renúncia do presidente. Cabe a sua substituição pelo vice-presidente, para garantir a continuidade institucional e o respeito à Constituição, condição necessária para que o Brasil volte a ter possibilidades de um desenvolvimento independente e democrático, com políticas e práticas de governo regidas por princípios éticos, ao contrário do que acontece hoje. (Ennio Candotti, 30/6/92).

... E A SBPC CONFIRMA

O Conselho da SBPC, reunido por ocasião da sua 44ª Reunião Anual, endossa e reitera a posição da diretoria da entidade, na nota publicada em 30 de junho próximo passado. Considera-a perfeitamente consistente com os estatutos da SBPC que não vedam manifestações políticas, desde que não vinculadas a partidos. A SBPC tem, como marca histórica de sua identidade, o compromisso de se manifestar perante a opinião pública em defesa de valores e princípios éticos que dizem respeito a toda a sociedade brasileira.

No passado, a SBPC denunciou e lutou contra o arbítrio, a censura, perseguições e discriminações políticas, torturas, e violência em geral. Manifestou-se em defesa de minorias étnicas e culturais de algum modo oprimidas e tem se desempenhado na defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural do país.

Nas últimas semanas, o país assiste, estupefado, a uma sucessão de denúncias que atingem diretamente ao presidente da República e alguns de seus auxiliares mais próximos. A gravidade das evidências trazidas à luz pela imprensa abala a dignidade da República. Nesta circunstância, reafirmando nossa tradição, não devemos nos limitar ao papel de espectadores passivos. A sociedade civil, através de suas entidades representativas, pode e deve posicionar-se diante de fatos públicos e notórios de tamanha seriedade. (Conselho da SBPC, 11/7/92). OBS: esta decisão foi aprovada por 28 votos a favor, dois contra e uma abstenção.



MATIJI MATEZO/II

Reafirmando a tradição da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de tomar atitudes frente aos acontecimentos nacionais, o físico **Ennio Candotti**, presidente da entidade, começou a sua 44ª reunião analisando a crise que "abala a dignidade da República", para em seguida pedir a renúncia de Collor, para o bem do país. Pressões, ameaças de corte de todos os recursos à SBPC foram as respostas do governo, usando como canais pessoas como o ministro da Educação, José Goldemberg, que por sinal foi presidente da própria SBPC, e o secretário da Ciência e Tecnologia, Hélio Jaguaribe.

No dia 17 de julho, data do encerramento da reunião anual da entidade, **Ennio Candotti** deu entrevista coletiva à imprensa, de onde foram retirados os trechos abaixo, por **Mouzar Benedito**.

NOVIDADES DESTA SBPC. Tivemos 56 cursos, com uns trezentos alunos por dia,

e são professores secundários e parte estudantes. Alguns cursos foram preparados especialmente para professores secundários. Esta é uma novidade da reunião da SBPC, se voltar para a reciclagem, da informação científica de primeira mão dos cientistas para os professores secundários. As mesas redondas tiveram por volta de 1.500 inscrições, mas eu acredito que para cada participante houve pelo menos três que não se inscreveram. Quer dizer, a manchete seria: "crise econômica atinge participantes da SBPC, ninguém mais se inscreve".

SÓ CIÊNCIA NÃO RESOLVE. Na época da ditadura se dizia: "Terminando a ditadura, com democracia e ciência resolvemos tudo". Descobrimos que para os problemas que exigem solução, a ciência já está aí, não há nada a dizer em ciência. Saúde, alimentos, questões básicas. Agora, não basta. A produtividade de trigo, por exemplo, dobrou de 1985 para cá. E con-

tinua faltando trigo, continua faltando alimentos. Aquilo que nos toca, é dar maior produtividade às sementes, isso já melhorou bastante. Agora se não plantam, se plantam soja ou cana em lugar de arroz e feijão, isso faz parte da política. Por isso é que a ciência entra na política. Porque o cientista se vê com uma responsabilidade que lhe é dada pela sociedade, que pergunta: "E os nossos cientistas, não resolvem isso?" Grande parte já foi resolvido, mas e por que não estão aí?

RECURSOS PARA A CIÊNCIA. Os recursos para a ciência no país são escassos. Muito bem. Os recursos para outras atividades no país são escassos? Será que os nossos cortes são semelhantes aos cortes em outras áreas do governo? A resposta está nas páginas dos jornais: parece que não. Isso, portanto, exige uma explicação por parte do secretário de Ciência e Tecnologia, por exemplo. Como é possível que ele não consiga liberar alguns recursos, quando

CRIANDO A CIÊNCIA DESCAMISADA

Como este breve artigo trata da situação da ciência brasileira, vale reproduzir o que disse um dos mais destacados físicos brasileiros. Ele afirmou que "o que houve foi uma crise econômica das mais graves, que alcançou seu auge no primeiro semestre deste ano. A política imposta pelo FMI fez paralisar o desenvolvimento econômico. Parece que o atual governo está tentando conciliar o anti-inflacionarismo do FMI com uma certa política desenvolvimentista, mas até agora não se achou solução para este dilema. A ilusão de investimento estrangeiro dissipou-se nos últimos anos". Essas palavras são de Mário Schemberg, físico falecido em 1990, proferidas numa palestra em 1967!

Como são atuais as palavras de Schemberg! Há poucos dias os jornais noticiaram com alarde uma grande vitória brasileira nas negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O Ministro da Economia teria conseguido um desconto de um terço do valor da dívida externa e um prazo maior para seu pagamento. Foi um alívio geral. Aqui? Não. Nos bancos credores internacionais, uma vez que tal acordo permitiu que tais bancos resolvessem seu problema de provisão de reservas, aumentadas

em decorrência de novas medidas econômicas adotadas pelo governo americano.

Essa e outras "vitórias" parecidas são decorrência direta da nociva política econômica do governo Collor que está mergulhando o país numa situação em todas as medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores. E, entre estes, não escapam sequer os que trabalham nas universidades e institutos de pesquisa científica e tecnológica.

Não é necessário gastar muitas palavras para frisar a importância das instituições que desenvolvem, aplicam e divulgam a ciência e a tecnologia. A história recente dos países desenvolvidos do mundo demonstra a relação direta entre o investimento público nessas instituições e o bem estar de suas populações.

Porém, o que vemos acontecer no Brasil?

Dois integrantes do governo Collor, mais diretamente envolvidos nessa questão, os professores Goldemberg, Ministro da Educação, e Jaguaribe, Secretário da Ciência e Tecnologia, ilustres membros da comunidade científica nacional, confirmam uma vez mais o velho adágio "casa de ferreiro, espeto de pau". Ao invés de se alia-

rem na luta pela transformação do país, empenhando-se na melhoria da ciência brasileira, atuam como simples correias de transmissão da política econômica do FMI.

O ministro da Educação chega a acusar os sindicatos e associações dos docentes e funcionários como responsáveis pela falta de recursos para a manutenção das universidades. Segundo o ministro, isso seria provocado pelo excessivo corporativismo dessas entidades que, forçando aumentos salariais, consumiriam todos os recursos fornecidos. Aliás, em recente programa de televisão, Goldemberg chegou a afirmar que o salário médio dos docentes é o triplo do seu valor real. Na verdade, os salários dos docentes e funcionários, particularmente os das universidades federais, nunca haviam atingido níveis tão baixos quanto os atuais.

Não há verbas nem para salários nem para manutenção! É o sucateamento explícito de instituições que levaram décadas para serem constituídas. É a ameaça de perda do investimento de dinheiro público e do enorme esforço humano.

Alguns números ilustram esse quadro falimentar. Enquanto os países desenvolvidos aplicam en-

tre 0,2% e 0,5% do seu produto interno bruto (PIB) em ciência e tecnologia, o Brasil investe cerca de 0,06% do PIB. A CPI do atraso tecnológico revelou que o país gasta cerca de 14 dólares por habitante por ano nessa área, enquanto que nos sete países mais ricos essa cifra atinge cerca de 350 dólares. Cerca de 90% das vagas em ensino superior no estado de São Paulo estão em instituições privadas.

O professor Moyses Nussenzveig, físico da PUC/RJ, em brilhante conferência durante a recente Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), fez uma veemente denúncia da "política científica" do governo Collor. Parte da mesma foi publicada em artigo (Folha de São Paulo de 17/07). Fecho este artigo com suas palavras: "O objetivo do presidente da República é apenas "preservar" os cientistas durante a crise financeira. Infelizmente, a atual política de redução das verbas para pesquisa a folhas de pagamento de salários e bolsas (ainda que não fossem irrisórias e pagos com atraso) só permitirá preservar os cientistas em formol."

JOÃO ZANETIC, professor do Instituto de Física da USP e Presidente da Associação de Docentes da USP - S.Sind.

Ennio Can
Bom de ciência,

Como é que pessoas como Hélio Jaguaribe e José Goldemberg, que já estiveram do outro lado, topam participar desse governo?

Um mistério! Uma boa pergunta. Uma pergunta que eu me faço todos os dias. Aliás, quem sabe algum dia também eles se façam e deixem essa incômoda posição.

Mas será que eles seriam aceitos placidamente de volta ao meio científico?

Nós somos muito generosos...

Collor diz que não tem ligações com PC Farias...

Eu lembro aquela fábula: tem juba de leão, tem pata de leão, tem rabo de leão... e é uma formiga.

dotti bom de briga

os seus colegas de outras áreas planejam grandes obras que não são prioritárias e recebem esses recursos?

DESVIO PARA O CIRCO. Eu pergunto: por que num momento de falta de recursos se desperdiçam os recursos do Banco do Brasil, que deveriam ser alocados em ciência? O Banco do Brasil tem um fundo que durante anos financiou a pesquisa tecnológica, pesquisa básica, e que corresponde a um valor significativo, cerca de 100 bilhões de dólares anuais. Está nos estatutos do banco. E por um ardid de leitura do seu regulamento, ao invés desses recursos serem alocados para a ciência, num momento de grande necessidade, são pulverizados em chafarizes e fontes de iluminação de praças já luminosas. Esses recursos têm sido usados em projetos de discutível utilidade estratégica. Não quero dizer que se discutível utilidade social, porque obviamente o campo de futebol é importante: oferecer algum lazer, não podendo oferecer pão, é importantíssimo, né?

JAGUARIBE NO GOVERNO. Eu tenho a impressão que ele não está sendo prestigiado pelo governo. Há uma conversa, uma retórica, mas... Eu tenho a impressão de que essa Secretaria continua a merecer a mesma desatenção que há alguns anos caracteriza as políticas da área econômica do governo, desde antes do governo Collor, já no tempo de Roberto Cardoso Alves, né? Sei lá, a história do "é dando que se recebe não passa pela ciência".

A CIÊNCIA CONTINUA... Eu acho que é simbólico termos salas cheias de crianças nesta reunião da SBPC. Mostra como apesar das críticas, apesar da incompreensão, nós conseguimos manter viva a semente. O viveiro está com plantas novas. Não esmorecemos! Este é o símbolo desta reunião.

MEMÓRIA E DIVERSIDADE. Quando imaginamos o tema desta reunião, era "me-

mória e intolerância". Depois a idéia de intolerância, para alguns colegas, dava a conotação de conflitos radicais, e não era esse o espírito. Então chegamos à essência que era diversidade, que quer dizer a mesma coisa. É como a nossa história foi marcada pela incapacidade de absorver as diferenças. Sempre foi uma história de dominação uniforme de elites intolerantes, de destruição da memória, de apagar os fatos passados. Até o Rui Barbosa queimou os arquivos da escravidão! Isso é marcante na história de um povo. Os seus arquivos são constantemente queimados, destruídos. Então, depois de 500 anos, vemos que a nossa memória é empobrecida e esquecida, e é preciso recuperar isso.

Talvez a única contribuição científica que o Jaguaribe tenha dado foi mostrar os níveis de intolerância, a incapacidade de perceber a diversidade de opiniões, de comportamento, de postura. E a diversidade de soluções que são dadas. Quer que todos se aliem à versão oficial da explicação dada pelo presidente da República às denúncias e aos fatos que lhe foram apresentados, é algo que somente cabe na mente de alguém que não está acostumado a perceber a importância da diversidade e da tolerância.

INTEGRAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA. É preciso ir com certo cuidado nessa direção, porque a Universidade tem responsabilidades com a formação de gente e com a preservação do patrimônio histórico, cultural e científico. Tem um acervo de conhecimentos para transmitir aos estudantes e à sociedade. Na indústria a primeira preocupação deve ser o segredo industrial, a produtividade, a aplicabilidade, a rentabilidade do que se estuda. A rentabilidade não é incompatível com a universidade, mas ocupa um lugar subalterno nela. Mudar o modo de fazer ciência, de produzir conhecimentos para garantir rentabilidade é um erro da universidade. Ela não vai fazer bem nem uma coisa nem outra. E a empresa não pode deixar de pensar a curto e médio prazos. Então a integração deve ser feita procurando interfaces, campos de interesse comum, aonde essa aproximação possa se dar sem que um ou outro perca sua identidade.

AVALIAÇÃO DA SBPC. Os cientistas certamente voltarão para casa com dúvidas, mas com um sentimento de solidariedade de ter dito o que estava represso

e que queriam dizer. A SBPC serviu para explicitar, manifestar de público, o que todos pensavam e de certa forma dar nomes, encontrar explicações, razões, responsáveis e mostrar alternativas para a situação em que se encontra a ciência no país e mesmo mostrar a perplexidade que invade a nossa sociedade e o que fazer num momento de crise tão profunda.

O SENTIMENTO DOS CIENTISTAS. Indignação. A indignação é uma manifestação legítima e vigorosa. E os cientistas não apenas manifestaram sua indignação, mas também procuraram alternativas, formas de se organizar, de resistir, percebendo que a crise vem de longe e não se confundem necessariamente com a crise política, a crise da ciência está mais ligada à questão do projeto de desenvolvimento econômico do país, em que a ciência não tem lugar.

MOTIVO PARA PERSEGUIÇÃO. Nós não temos lobbies ou grupos de interesse que possam pressionar os órgãos de governo ou as áreas políticas. Não somos empresários nem empreiteiros. Apenas sabemos ler e escrever e diferenciar o trágico do farsesco. Esta capacidade de distinção do que é verdadeiro, do que é honesto, do que é sincero, do que corresponde à realidade, do que é discurso, do que é fantasia, do que é fuga, é que nos dá força e que nos estigmatiza nas políticas de tantos governantes.

RENÚNCIA DE COLLOR, UM CAMINHO. Eu reafirmo o que disse a todos vocês várias vezes: renúncia é um ato franciscano, generoso, que busca preservar a dignidade da presidência, que busca clareza - que é sinônimo de transparência, de desprendimento - que causaria junto à sociedade, ao povo, à nação, um sentimento de solidariedade com o presidente nesse seu gesto. E talvez pudesse de fato exorcizar as dúvidas. Mas não foi isso que eu vi. Aquilo que eu vi só aumentou as nossas dúvidas, e não se pode esperar por atos de desprendimento. Só atos mais de apego. Então, hoje a solução está nas mãos do Congresso. E de nossa parte está uma redobrada vigilância para que não ocorra isso que está sendo veiculado nos jornais, que a CPI se sente pressionada.

PRÓXIMA REUNIÃO DA SBPC. Vai ser em Recife, às margens do Beberibe... Perto do Jaguaribe... Perdão, do Capiberibe.

GOLDEMBERG & JAGUARIBE

Os cavaleiros colloridos

Cuspindo no prato em que comeram, comendo no prato em que cuspiram.

Oh, lá tiveram novamente os pobres Goldemberg e Jaguaribe de sair, em seus rocinantes, a enfrentar os poderosos acadêmicos brasileiros, verdadeiros potentados a se protegerem em seus moinhos... de vento! Quando acabará a viacrucis destes dois pobres intelectuais a serviço do poder, e de um poder que, desta vez, além de primar pelo esforço de minimizar um pouco o avassalador e poderosíssimo cartel ferreamente nacionalista da nossa economia, prima também por uma obra de moralização pública que obriga a expor continuamente os fatos mais incríveis gerados em suas próprias entranhas!

Está certo: reconhecemos que um grande número de nossos cientistas intelectuais, jornalistas, artistas, acadêmicos, volta e meia se deixou picar pela tentação do paço. Estruturalmente, pode até ser compreensível: há relativamente tão pou-

cos alfabetizados no país, em relação ao que deveria haver, que o intelectual se sente em missão civilizada diante da barbárie. Uma espécie de missionário sem batina, se dá para entender. Uma catequista da ilustração. E isso às vezes pode induzir o portador das letras a equívocos de auto-engrandecimento ou de auto-compaixão. Por outro lado, vamos sublinhar também o fato de que uma boa parte do nosso patrimônio coletivo de cidadania sempre teve sua melhor guarida nas nossas universidades e instituições culturais, onde muita gente soube resistir a pressões, desmandos, arbítrios, assassinatos e perseguições às vezes com redobrada dignidade.

FENÔMENO NOVO. Mas agora o que acontece com os intelectuais que freqüentam e terminam comendo na "retórica de pocilga" que vai em curso plan-



Instrumentos de Collor: Jaguaribe (esquerda) e Goldemberg (direita)

to afora é diferente. Não dá para qualificar. É uma espécie de fragmentação, algo como se o que me ouvido esquerdo ouvisse não tivesse nada a ver com o que o direito quisesse ouvir. É um fenômeno novo. Não se trata apenas da tradicional sede de poder, ou de estar na intimidade do poder; nem do ideal de confiar demais nas próprias forças, ou na ilusão de que bons argumentos e um homem lido removem montanhas, mesmo que sejam de excremento. Deve, tem que ser algo mais, porque estes personagens estão jogando pela janela reputações, passados sem dúvida nenhuma la-

boriosamente construído. Parece assim que soltaram seu demônio, para não dizer a franga, dentro de si; algo parecido com o seminarista que resolve ir ao bordel. Mas é tudo padre velho, para não dizer outra coisa! O efeito, então, além de dar vergonha em quem assiste, é ridículo, embora não seja nada engraçado. Há a vontade de compará-los com os intelectuais que se deixaram seduzir pelo DIP de Vargas. Mas não, isso não chega: estamos para lá de Don e Ravel cantando "Meu Brasil, eu te amo" durante o governo Médici.

FLÁVIO AGUIAR

EDUCAÇÃO

PT REALIZA ENCONTRO

Nos dias 9 a 12 de junho aconteceu em Taboão da Serra (SP) o II Encontro Nacional de Educação do Partido dos Trabalhadores, com a participação de cerca de 70 pessoas, entre delegados eleitos nos Encontros Estaduais e observadores. Estavam também presentes secretários de Educação de prefeituras governadas pelo PT, parlamentares e sindicalistas da área de Educação, além da responsável pela área do Governo Paralelo.

As resoluções do Encontro serão encaminhadas ao Diretório Nacional do PT, para apreciação e difusão, e ao Governo Paralelo. Elas têm a perspectiva de oferecer uma alternativa nacional aos projetos tanto do governo federal quanto de vários governos estaduais e municipais, que têm reduzido as ações no campo educacional a instrumento de marketing político, através de iniciativas pontuais e demagógicas.

O Encontro se posicionou pela mais plena democratização do sistema educacional, como parte do processo de democratização do Estado e de auto-organização da sociedade, um dos fundamentos de uma sociedade democrática. A criação dos Conselhos de Escola, como instâncias de gestão, pode permitir a estudantes, educadores, pais, funcionários e comunidade decidir sobre os rumos da orientação educacional em seu âmbito e interferir no conjunto da política educacional. A democratização dos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais de Educação poderá permitir à sociedade interferir diretamente na discussão e implantação de propostas.

Uma nova qualidade de ensino implica também a valorização dos educadores, tanto do ponto de vista salarial quanto de suas carreiras, e inclui um processo de formação em serviço de forma sistemática e permanente.

O Encontro discutiu ainda a necessidade de assegurar as metas constitucionais de universalização do ensino fundamental (1ª a 8ª séries) e erradicação do analfabetismo, para o que será fundamental a colaboração entre estados, municípios e União. Colaboração essa que se contrapõe hoje frontalmente à perspectiva da municipalização do ensino. Nossas prefeituras demonstram que a educação pública, democráticas e de qualidade é possível hoje e necessária para a construção da cidadania plena de milhares de brasileiros.

SELMA ROCHA



BELLOS e FERAS

A minissérie da TV Globo fala dos anos que não voltam mais. Será?

A série "Anos Rebeldes", de Gilberto Braga, vem sendo muito feliz principalmente na evocação do clima pré e pós-golpe de 64 no Brasil, época vulgarmente chamada de "os anos sessenta". Não se trata apenas da lembrança, em geral bem trabalhada, do jargão da época, com palavras "it", de "ela tem um it", ou das comparações com Monica Vitti ou Cláudia Cardinale. Também apenas do "décor" (para usar um termo da época...), organizado com providenciais Gordinis, Vemaguetes e Simcas-Tufão. É algo mais, que está no ar e ao mesmo tempo no interior dos personagens. É, de fato, um "clima interior", que fala das motivações mais íntimas do conjunto de personagens.

A série captou muito bem a consequência com que parcela amplamente majoritária da esquerda encarou o golpe - dos velhos comunistas aos jovens que começavam a revisão radical dos pressupostos que haviam orientado a política suicidariamente colaboracionista do antigo Partido. Para quase todos o golpe era, necessariamente, um "episódio", até uma "cômica quartelada", dentro do pano rama mais amplo da vida nacional e continental. Os velhos comunistas não achavam que os "setores mais atrasados", ou "feudais", das classes dominantes, pudessem se sustentar "sozinhos". E os radicais, que foram ganhando espaço entre a juventude, achavam que os golpistas não resistiriam ao inevitável levante de amplitude continental a ser provocado pelas suas (poucas) armas.

LEITURA SUPERFICIAL. Dentro da esquerda brasileira, este conflito profundo, que no entanto convergia para uma leitura superficial do que fora o golpe - ou mais exatamente, o fato do golpe ter ganho, pois talvez ele pudesse ter sido

evitado, marcou um certo descantamento no discurso, nas falas, nas atitudes dos personagens de então. Ao falar, todos pareciam forçados a elidir alguma coisa, fosse a avaliação de que na verdade a esquerda havia perdido uma batalha decisiva, fosse a de que a inevitável fragmentação em que ela mergulhou exigiria muito tempo para ser compensada, fosse a de que se implantava uma cultura do oportunismo individualista no país, que se consolidaria numa sinistrose de

convivência e omissões com o espírito e os desmandos do regime embalado pelo golpe. O primeiro ponto era rebatido pela consideração de que a queda do regime populista fizera "aflorar melhor" as contradições; segundo, pela consideração de que a esquerda, ou grupos cada vez menores dela, eram a

"vanguarda" de algo maior do que ela; e a terceira pela consideração de que a esquerda estava "na ofensiva" em nível continental.

Os sessenta: comportados e audaciosos

FLÁVIO AGUIAR



JORGE BAUMANN/RG

Assim, passou-se mais de uma década a resistir, embalando-se uma retórica "ofensiva".

De certo modo este conflito íntimo, e substantivo, subjacente às ações da esquerda naquele período, reaparece, ainda que deslocado, e traduzido para o ambiente melodramático de uma série moldada no espírito das telenovelas, no descompasso e compasso amoroso dos protagonistas João (Cassio Gabus Mendes) e Maria Lúcia (Malu Mader). Os dois atores conseguem por no ar, de alguma forma, que nem a exclusividade com que João encara a política é tão exclusiva assim, nem o individualismo com que Maria Lúcia deseja o "seu" quarto é tão individualista assim. Mas se são descentrados, ambos acabam agindo "além" das suas palavras e afirmações - mais ou menos como aconteceu com o conjunto das esquerdas no Brasil.

Num momento em que caros valores de humanidade e civilização eram postos em jogo pela vergonhosa canalhice dos mandantes, os "esquerdistas" com seus encontros e mais seguidos desencontros, dentro de seus erros onde muitas vezes também compactuaram com valores lesa-humanidade, foram os depositários de uma certa inteireza ética que ficou, para as gerações presentes, inclusive para a própria esquerda, inclusive para os que viveram aquele período, como o signo de uma geração. Até o momento em que escrevo estas notas, é esta junção entre conteúdo ético e desejo de ser feliz que vem marcando as reviravoltas melodramáticas das paixões e paixonites entre os personagens que definem o fio da meada da série: bendita junção, de que uma geração derrotada naquela circunstância, mas não amarga, pode se orgulhar.

TAPANDO A PENEIRA COM O SOL

É significativo que nesta quadratura da vida nacional a Rede Globo ponha no ar série tão realista sobre o golpe de 64 e sua continuidade. Há uma evidente purgação que atravessa a imprensa brasileira hoje; parte ponderável dos que fizeram, alimentaram, nutriram, embalaram, acarinharam, cevaram, a imagem do "caçador de marajás", como alternativa a um governo de esquerda no país, hoje se engalfinham furiosamente com o seu produto, fiéis a sensação de "traídos do baile" que o seu público tem.

O carro-chefe desta produção de um consentido blefe político e moral no país que galvanizou as eleições de 1989, ou seja a Rede Globo, não pode empreender tão abertamente este processo de auto-purgação em que o restante embarca de modo, deixemos claro, saudável para o país. Faz então uma "auto-crítica deslocada", voltada para o passado. Afinal, foi ou não foi a Rede Globo autêntica "filhote da ditadura"? E filhote que logo embalou a mamãe, pois foi pelo "vídeo nacional" que principalmente se criou o espírito de convivência e pusilanimidade que alimentou boa parte da vida espiritual de boa parte dos brasileiros neste período - convivência com as euforias do já então triste "milagre brasileiro", dos sonhos do "Brasil Grande", cumplicidade silenciosa ou não com a censura, com as câmaras de tortura, com os assassinatos clandestinos, com o terrorismo do Estado. Este, sem dúvida, será um dos limites da série: a Globo, este autêntico sol das atenções do imaginário nacional, filtro natural das aspirações da ditadura, não conseguirá pôr no ar o seu próprio papel nisso tudo...

QUE TODA A VERDADE SEJA DITA

O Ministério do Exército reagiu à série com retórica nota em que condena os "revisores" da história e, ao mesmo tempo, chama ao espírito de conciliação da anistia política promulgada uma década atrás. Diz que a esquerda foi responsável, no fundo, por uma política da violência. Ora, convenhamos, é sem dúvida possível imputar à esquerda de então a convivência, de certa forma, com formas de violência que fugiam inclusive ao próprio espírito de uma guerra revolucionária, como atos de vingança disfarçados de justicamentos, ou ações muitas vezes destrambelhadas que puseram em risco e prejudicaram a vida de inocentes e principalmente de seus ativistas. Em geral estes equívocos ou ações condenáveis nasciam do fato de seus protagonistas se verem de forma desfocada: envolvidos numa guerra de sobrevivência, numa luta por espaços cada vez mais mínimos, imaginavam-se corpos ofensivos, uma vanguarda móvel de um exército provável - que era, na verdade, ilusório.

Outra coisa, entretanto, foi a montagem de centros de tortura sistemática, de uma censura feroz sobre os espíritos e as mentes, centros que acabaram enveredando pela eliminação de opositoristas com caráter doloso e premeditado: isto constituiu-se em crime lesa-humanidade, cujos danos à nação e ao país ainda estão por ser avaliados. Sem dúvida a série da Globo ajuda nesta avaliação necessária e fundamental de nossa história e do que essa passagem deixou de marcar no caráter de seus protagonistas e para as futuras gerações.



BRASIL AGORA

